

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	12
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	17
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	19
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	20
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	21
--------------------------------	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	23
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	24
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	25
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	26
----------------------------------	----

Relatório da Administração	28
----------------------------	----

Notas Explicativas	45
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Com Ressalva	95
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	97
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	98
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	99
--	----

## Índice

---

Motivos de Reapresentação

100

---

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Último Exercício Social 31/12/2015</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	575.928.712
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>575.928.712</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	35.860
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>35.860</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2013</b>
1	Ativo Total	1.739.363	2.201.069	1.337.696
1.01	Ativo Circulante	579.320	455.660	653.343
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	228.772	65.254	113.589
1.01.01.01	Caixa e bancos	3	7	3
1.01.01.02	Aplicações financeiras	228.769	65.247	113.586
1.01.02	Aplicações Financeiras	158.359	163.353	122.601
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	158.359	163.353	122.601
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	158.359	163.353	122.601
1.01.03	Contas a Receber	157.681	200.402	398.951
1.01.03.01	Clientes	157.681	200.402	398.951
1.01.03.01.01	Valores a receber de cliente	218	117	134
1.01.03.01.02	Juros sobre o capital proprio e dividendos	11.782	17.113	2.904
1.01.03.01.05	Direitos de créditos autônomos	145.681	183.172	395.913
1.01.06	Tributos a Recuperar	34.385	26.481	6.341
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	34.385	26.481	6.341
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	123	170	11.861
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	0	0	11.764
1.01.08.03	Outros	123	170	97
1.01.08.03.01	Outras contas	123	170	97
1.02	Ativo Não Circulante	1.160.043	1.745.409	684.353
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.032.219	646.176	479.692
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	35.271	41.725	7.347
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	35.271	41.725	7.347
1.02.01.03	Contas a Receber	993.187	600.631	470.543
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	993.187	600.631	470.543
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.761	3.820	1.802
1.02.01.09.03	Depositos judiciais	3.761	3.820	1.802
1.02.02	Investimentos	127.669	1.099.017	204.533
1.02.02.01	Participações Societárias	127.669	1.099.017	204.533

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2013</b>
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	54.038	52.611	12.082
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	73.631	1.046.406	192.451
1.02.03	Imobilizado	139	194	100
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	139	194	100
1.02.03.01.01	Imobilizado	139	194	100
1.02.04	Intangível	16	22	28
1.02.04.01	Intangíveis	16	22	28
1.02.04.01.02	Intangível	0	22	28

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2013</b>
2	Passivo Total	1.739.363	2.201.069	1.337.696
2.01	Passivo Circulante	166.839	113.336	517.682
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	783	702	653
2.01.01.01	Obrigações Sociais	192	166	171
2.01.01.01.01	Encargos Trabalhistas	192	166	171
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	591	536	482
2.01.02	Fornecedores	153	261	297
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	153	261	297
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.975	1.417	1.269
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.973	1.416	1.267
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	0	199
2.01.03.01.02	Impostos a recolher	1.973	1.416	1.068
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2	1	2
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	151.834	103.415	496.019
2.01.04.02	Debêntures	151.834	103.415	496.019
2.01.05	Outras Obrigações	12.094	7.541	19.444
2.01.05.02	Outros	12.094	7.541	19.444
2.01.05.02.04	Obrigações por repasse	12.094	7.541	19.444
2.02	Passivo Não Circulante	1.085.695	1.016.629	652.823
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.076.189	978.425	608.909
2.02.01.02	Debêntures	1.076.189	978.425	608.909
2.02.02	Outras Obrigações	2.160	2.160	2.160
2.02.02.02	Outros	2.160	2.160	2.160
2.02.02.02.03	Obrigações por Repasse	2.160	2.160	2.160
2.02.03	Tributos Diferidos	7.346	36.044	41.754
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.346	36.044	41.754
2.03	Patrimônio Líquido	486.829	1.071.104	167.191
2.03.01	Capital Social Realizado	1.341.026	1.052.152	181.522
2.03.04	Reservas de Lucros	-5	-5	-5

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2013</b>
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-5	-5	-5
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-822.016	-31.228	-85.363
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-32.176	50.185	71.037

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	296.006	525.090	150.380
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-261.905	-312.338	-138.592
3.03	Resultado Bruto	34.101	212.752	11.788
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-690.718	-111.629	5.953
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.846	-6.071	-5.467
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-709.237	-146.745	0
3.04.03.01	Provisão para Perdas de Investimentos	-467.955	0	0
3.04.03.02	Resultado de Ajustes a Valor Justo	-66.991	0	0
3.04.03.03	Perda na Recuperação de Direitos Creditórios	-174.291	-146.745	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	29	538	17
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	24.336	40.649	11.403
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-656.617	101.123	17.741
3.06	Resultado Financeiro	45.105	82.074	22.407
3.06.01	Receitas Financeiras	45.613	83.016	22.637
3.06.02	Despesas Financeiras	-508	-942	-230
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-611.512	183.197	40.148
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	-2.334
3.08.01	Corrente	0	0	-2.334
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-611.512	183.197	37.814
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-611.512	183.197	37.814
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1.061,78400	318,08972	62,60000

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-611.512	183.197	37.814
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-82.361	-20.859	-21.251
4.02.01	Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-495.632	-16.795	-17.469
4.02.03	Participação no resultado abrangente de coligada	-26.653	-9.774	-9.721
4.02.04	Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	28.698	5.710	5.939
4.02.05	Provisão para perdas de investimentos	411.226	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-693.873	162.338	16.563

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	265.945	411.267	249.414
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	85.677	333.548	36.209
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	-611.512	183.197	37.814
6.01.01.02	Depreciação e amortização	53	57	54
6.01.01.03	Baixa de ativo imobilizado	-26	0	0
6.01.01.06	Resultado de ajustes a valor justo	66.991	0	0
6.01.01.07	Atualização de títulos e valores mobiliários	-110.387	-131.106	-1.884
6.01.01.08	Resultado de equivalência patrimonial	-24.336	-40.649	-11.403
6.01.01.09	Redução ao valor recuperável	174.291	146.745	0
6.01.01.10	Variação monetária líquida	80.238	61.446	8.273
6.01.01.11	Provisão para para perdas de investimentos	467.955	0	0
6.01.01.12	Despesa com provisão férias, 13º sal. e encargos	36	54	494
6.01.01.14	Rendimento negativo de debêntures	40.605	111.608	0
6.01.01.15	Custo de transação a amortizar	1.769	2.196	2.861
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	180.268	77.719	213.205
6.01.02.01	(Aumento)/diminuição de contas a receber (exceto JSCP e dividendos) e Direito Crédito	-101	18	618
6.01.02.02	(Aumento)/diminuição de JSCP e dividendos a receber	1.587	-14.208	0
6.01.02.03	(Aumento)/diminuição de tributos a recuperar	-7.904	-20.140	-4.274
6.01.02.04	(Aumento)/diminuição de títulos e valores mobiliários	11.449	-75.130	-24.701
6.01.02.05	(Aumento)/diminuição de depósitos judiciais	59	-2.018	2.805
6.01.02.06	(Aumento)/diminuição de outras contas do ativo	47	11.691	-11.764
6.01.02.07	Aumento/(diminuição) de fornecedores	-108	-36	-89
6.01.02.08	Aumento/(diminuição) de salários e encargos sociais	44	49	-2
6.01.02.09	Aumento/(diminuição) de tributos a recolher	558	148	-3.202
6.01.02.10	Aumento/(diminuição) de obrigações por repasse	4.553	-11.903	13.172
6.01.02.11	Aumento/(diminuição) de provisão para contingência	0	0	-1.833
6.01.02.13	Recebimentos de direito de créditos autônomos	170.084	194.597	250.313
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-5.349	-2.334
6.01.02.15	IRRF sobre aplicações financeiras e JSCP	0	0	-5.504

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-54.426	-3.049	48.746
6.02.01	Venda de ativo imobilizado	49	0	7
6.02.02	Aumento de capital em outros investimentos	-54.460	0	0
6.02.03	Aquisições de imobilizado/intangível	-15	-145	-31
6.02.04	Dividendos não recebidos de coligadas	0	-2.904	0
6.02.07	Receita de participação acionária recebida	0	0	48.770
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-48.001	-456.553	-264.500
6.03.01	Recebimento de debêntures	0	642.736	0
6.03.02	Adiantamento para futuro aumento de capital	140.310	0	0
6.03.03	Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	0	-129.063	-23.304
6.03.04	Integralização de capital	23.750	0	-2.759
6.03.05	Amortização de debêntures sênior	-54.320	-99.877	0
6.03.06	Amortização de debêntures subordinadas	0	-674.622	-63.841
6.03.07	Juros pagos de debêntures sênior	-16.702	-23.310	0
6.03.08	Juros pagos de debêntures subordinadas	0	-162.493	-30.799
6.03.09	Juros pagos de debêntures 4ª emissão	-140.940	-9.924	-80.626
6.03.10	Juros pagos de debêntures subordinadas	0	0	-63.171
6.03.11	Custo de transação da 5ª emissão	-99	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	163.518	-48.335	33.660
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	65.254	113.589	79.929
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	228.772	65.254	113.589

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.052.152	-5	0	-31.228	50.185	1.071.104
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.052.152	-5	0	-31.228	50.185	1.071.104
5.04	Transações de Capital com os Sócios	288.874	0	0	-179.276	0	109.598
5.04.01	Aumentos de Capital	274.275	0	0	-179.276	0	94.999
5.04.08	Capital Social a Integralizar	-71.251	0	0	0	0	-71.251
5.04.09	Adiantamento para futuro aumento de capital	140.310	0	0	0	0	140.310
5.04.10	Reclassificação para obrigações por repasses - PPP	-54.460	0	0	0	0	-54.460
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-611.512	-82.361	-693.873
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-611.512	0	-611.512
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-82.361	-82.361
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-26.653	-26.653
5.05.02.06	Variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	-495.632	-495.632
5.05.02.07	Tributação s/variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	28.698	28.698
5.05.02.08	Provisão para perdas de investimentos	0	0	0	0	411.226	411.226
5.07	Saldos Finais	1.341.026	-5	0	-822.016	-32.176	486.829

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	181.522	-5	0	-85.362	71.037	167.192
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	181.522	-5	0	-85.362	71.037	167.192
5.04	Transações de Capital com os Sócios	870.630	0	0	-129.063	0	741.567
5.04.01	Aumentos de Capital	1.799.482	0	0	0	0	1.799.482
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-93.180	0	-93.180
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-35.883	0	-35.883
5.04.08	Provisão para Redução de Capital - Convênios	-1.052.328	0	0	0	0	-1.052.328
5.04.10	Provisão para Redução de Capital - PPP	123.476	0	0	0	0	123.476
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	183.197	-20.852	162.345
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	183.197	0	183.197
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-20.852	-20.852
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-9.767	-9.767
5.05.02.06	Varição no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	-16.795	-16.795
5.05.02.07	Tributação s/variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	5.710	5.710
5.07	Saldos Finais	1.052.152	-5	0	-31.228	50.185	1.071.104

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	150.000	-5	36.108	0	92.288	278.391
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	150.000	-5	36.108	0	92.288	278.391
5.04	Transações de Capital com os Sócios	31.522	0	-19.763	-23.304	0	-11.545
5.04.01	Aumentos de Capital	595.334	0	-19.763	0	0	575.571
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-14.000	0	-14.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-9.304	0	-9.304
5.04.09	Provisão para Redução de Capital - Convênios	-33.296	0	0	0	0	-33.296
5.04.10	Provisão para Redução de Capital - PPP	-530.516	0	0	0	0	-530.516
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	37.814	-21.251	16.563
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	37.814	0	37.814
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-21.251	-21.251
5.05.02.07	Variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	-17.469	-17.469
5.05.02.08	Tributação s/variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	5.939	5.939
5.05.02.09	Participação do resultado abrangente de coligada	0	0	0	0	-9.721	-9.721
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	14.245	-14.245	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.891	-1.891	0	0
5.06.05	Retenção de lucros	0	0	12.354	-12.354	0	0
5.07	Saldos Finais	181.522	-5	30.590	265	71.037	283.409

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
7.01	Receitas	250.136	267.617	134.043
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	9.849	8.390	13.687
7.01.02	Outras Receitas	240.287	259.227	120.356
7.01.02.01	Outras Receitas	29	538	17
7.01.02.02	Receita de Atualização de Crédito	240.258	258.689	120.339
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-712.505	-150.223	-3.427
7.02.04	Outros	-712.505	-150.223	-3.427
7.02.04.01	Custos Processuais	-331	-144	-407
7.02.04.02	Serviços Tomados de Terceiros	-1.158	-1.072	-1.383
7.02.04.03	Despesas Administrativas	-1.779	-2.262	-1.637
7.02.04.04	Provisão para Perdas de Investimentos	-467.955	0	0
7.02.04.05	Resultado de Ajustes a Valor Justo	-66.991	0	0
7.02.04.06	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-174.291	-146.745	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-462.369	117.394	130.616
7.04	Retenções	-53	-57	-54
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-53	-57	-54
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-462.422	117.337	130.562
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	122.443	383.939	52.278
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	24.336	40.649	11.403
7.06.02	Receitas Financeiras	50.110	83.016	22.637
7.06.03	Outros	47.997	260.274	18.238
7.06.03.01	Receita de Participações Acionárias	47.997	260.274	18.238
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-339.979	501.276	182.840
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-339.979	501.276	182.840
7.08.01	Pessoal	6.269	5.950	5.410
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.257	4.944	4.499
7.08.01.02	Benefícios	643	614	546
7.08.01.03	F.G.T.S.	369	392	365
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.873	3.503	5.417

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
7.08.02.01	Federais	7.768	3.342	5.241
7.08.02.02	Estaduais	2	3	3
7.08.02.03	Municipais	103	158	173
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	257.391	308.626	134.199
7.08.03.01	Juros	210.108	190.839	0
7.08.03.02	Aluguéis	40	42	42
7.08.03.03	Outras	47.243	117.745	134.157
7.08.03.03.01	Despesa Financeira	42.883	112.309	129.283
7.08.03.03.02	Obrigações por Repasse	4.360	3.240	2.013
7.08.03.03.03	Custo a Amortizar	0	2.196	2.861
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-611.512	116.708	23.304
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	35.883	9.304
7.08.04.02	Dividendos	0	80.825	14.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-611.512	0	0
7.08.05	Outros	0	66.489	14.510
7.08.05.01	Reserva Legal	0	15.578	1.891
7.08.05.02	Retenção de Lucros	0	50.911	12.619

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2013</b>
1	Ativo Total	1.740.139	2.201.371	1.338.836
1.01	Ativo Circulante	590.328	498.329	666.565
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	229.776	65.254	113.589
1.01.01.01	Caixa e bancos	6	7	3
1.01.01.02	Aplicações financeiras	229.770	65.247	113.586
1.01.02	Aplicações Financeiras	158.359	197.757	138.297
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	158.359	197.757	138.297
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	158.359	197.757	0
1.01.03	Contas a Receber	156.424	195.454	396.047
1.01.03.01	Clientes	156.424	195.454	396.047
1.01.03.01.01	Valores a receber de clientes	117	69	134
1.01.03.01.02	Juros sobre capital próprio e dividendos	10.626	12.213	0
1.01.03.01.03	Direitos de créditos autônomos	145.681	183.172	395.913
1.01.06	Tributos a Recuperar	35.748	28.045	6.771
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	35.748	28.045	6.771
1.01.06.01.01	Tributos a recuperar	35.748	28.045	6.771
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	10.021	11.819	11.861
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	9.878	11.649	11.764
1.01.08.01.01	Imóveis para venda	9.878	11.649	11.764
1.01.08.03	Outros	143	170	97
1.01.08.03.01	Outras contas	143	170	97
1.02	Ativo Não Circulante	1.149.811	1.703.042	672.271
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.072.962	646.176	479.692
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	35.271	41.725	7.347
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	35.271	41.725	7.347
1.02.01.03	Contas a Receber	1.033.930	600.631	470.543
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.033.930	600.631	470.543
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.761	3.820	1.802
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	3.761	3.820	1.802

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2013</b>
1.02.02	Investimentos	76.692	1.056.650	192.451
1.02.02.01	Participações Societárias	76.692	1.056.650	192.451
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	3.061	10.244	0
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	73.631	1.046.406	192.451
1.02.03	Imobilizado	141	194	100
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	141	194	100
1.02.03.01.01	Imobilizado	141	194	100
1.02.04	Intangível	16	22	28
1.02.04.01	Intangíveis	16	22	28
1.02.04.01.02	Intangível	16	22	28

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2013</b>
2	Passivo Total	1.740.139	2.201.371	1.338.836
2.01	Passivo Circulante	167.615	113.638	518.822
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	800	710	653
2.01.01.01	Obrigações Sociais	209	174	171
2.01.01.01.01	Encargos Trabalhistas	209	174	171
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	591	536	482
2.01.02	Fornecedores	153	261	297
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	153	261	297
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.048	1.693	2.409
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.982	1.588	2.210
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	166	1.142
2.01.03.01.02	Impostos a recolher	1.982	1.422	1.068
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	66	105	199
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	151.834	103.415	496.019
2.01.04.02	Debêntures	151.834	103.415	496.019
2.01.05	Outras Obrigações	12.780	7.559	19.444
2.01.05.02	Outros	12.780	7.559	19.444
2.01.05.02.04	Obrigações por repasse	12.780	7.559	19.444
2.02	Passivo Não Circulante	1.085.695	1.016.629	652.823
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.076.189	978.425	608.909
2.02.01.02	Debêntures	1.076.189	978.425	608.909
2.02.02	Outras Obrigações	2.160	2.160	2.160
2.02.02.02	Outros	2.160	2.160	2.160
2.02.02.02.03	Obrigações por repasse	2.160	2.160	2.160
2.02.03	Tributos Diferidos	7.346	36.044	41.754
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.346	36.044	41.754
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	486.829	1.071.104	167.191
2.03.01	Capital Social Realizado	1.341.026	1.052.152	181.522
2.03.04	Reservas de Lucros	-5	-5	-5

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2013</b>
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-5	-5	-5
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-822.016	-31.228	-85.363
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-32.176	50.185	71.037

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	297.067	525.090	150.380
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-263.710	-312.338	-138.592
3.03	Resultado Bruto	33.357	212.752	11.788
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-696.948	-132.809	-6.287
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.210	-6.621	-5.479
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-709.237	-146.745	0
3.04.03.01	Provisão para Perdas em Investimentos	-467.955	0	0
3.04.03.02	Resultado de ajustes a valor justo	-66.991	0	0
3.04.03.03	Perda na recuperação de direitos creditórios	-174.291	-146.745	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	30	538	17
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	19.469	20.019	-825
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-663.591	79.943	5.501
3.06	Resultado Financeiro	54.550	113.872	40.928
3.06.01	Receitas Financeiras	55.114	114.814	41.163
3.06.02	Despesas Financeiras	-564	-942	-235
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-609.041	193.815	46.429
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.471	-10.618	-8.615
3.08.01	Corrente	-2.471	-10.618	-8.615
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-611.512	183.197	37.814
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-611.512	183.197	37.814
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-611.512	183.197	37.814
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-1.061,78400	318,08972	62,60000

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-611.512	183.197	37.814
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-82.361	-20.859	-21.251
4.02.01	Variação no Valor Justo de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-495.632	-16.795	-17.469
4.02.02	Participação no Resultado Abrangente de Coligada	-26.653	-9.774	-9.721
4.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Resultados Abrangentes	28.698	5.710	5.939
4.02.04	Provisão para Perdas de Investimentos	411.226	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-693.873	162.338	16.563
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-693.873	162.338	16.563

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	212.491	411.264	246.655
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	90.544	354.175	48.437
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	-611.512	183.197	37.814
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	53	57	54
6.01.01.03	Baixa de Ativo Imobilizado	-26	0	0
6.01.01.05	Redução ao Valor Recuperável	174.291	146.745	0
6.01.01.06	Resultado de Ajustes a Valor Justo	66.991	0	0
6.01.01.07	Atualização de Títulos e Valores Mobiliários	-110.387	-131.109	-1.884
6.01.01.08	Resultado de Equivalência Patrimonial	-19.469	-20.019	825
6.01.01.10	Variação Monetária Líquida	80.238	61.446	8.273
6.01.01.11	Provisão Para Perdas de Investimentos	467.955	0	0
6.01.01.12	Despesas com Provisão de Férias, 13º e Encargos	36	54	494
6.01.01.14	Rendimento Negativo de Debêntures	40.605	111.608	0
6.01.01.15	Custo de Transação a Amortizar	1.769	2.196	2.861
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	121.947	57.089	198.218
6.01.02.01	(Aumento)/Diminuição de Contas a Receber (Exceto JSCP e Dividendos)	-48	-1.682	618
6.01.02.02	(Aumento)/Diminuição de JSCP e Dividendos a Receber	1.587	-14.208	0
6.01.02.03	(Aumento)/Diminuição de Tributos a Recuperar	-7.703	-21.273	-4.704
6.01.02.04	(Aumento)/Diminuição de Títulos e Valores Mobiliários	-49.351	-93.838	-40.396
6.01.02.05	(Aumento)/Diminuição de Depósitos Judiciais	59	-2.018	2.805
6.01.02.06	(Aumento)/Diminuição de Outras Contas do Ativo	1.799	11.691	-11.764
6.01.02.07	Aumento/(Diminuição) de Fornecedores	-108	-36	-89
6.01.02.08	Aumento/(Diminuição) de Salários e Encargos Sociais	53	57	-2
6.01.02.09	Aumento/(Diminuição) de Tributos a Recolher	354	-715	-2.064
6.01.02.10	Aumento/(Diminuição) de Obrigações por Repasse	5.221	-11.885	13.172
6.01.02.11	Aumento/(Diminuição) de Provisão para Contingências	0	0	-1.833
6.01.02.13	Recebimentos de Direitos e Créditos Autônomos	170.084	196.345	250.313
6.01.02.14	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	0	-5.349	-2.334
6.01.02.15	IRRF sobre aplicações financeiras e JSCP	0	0	-5.504

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	32	-3.049	48.746
6.02.01	Venda de Imobilizado	49	0	7
6.02.02	Aumento de Capital em Outros Investimentos	0	-2.904	0
6.02.03	Aquisições de Imobilizado/Intangível	-17	-145	-31
6.02.05	Receita de Participação Acionária Recebida	0	0	48.770
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-48.001	-456.550	-261.741
6.03.01	Distribuição Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos	0	-129.060	-23.304
6.03.02	Integralização de Capital	23.750	0	0
6.03.03	Amortização de Debêntures Subordinadas	0	-674.622	-63.841
6.03.04	Amortização de Debêntures Sênior	-54.320	-99.877	-80.626
6.03.05	Juros Pagos de Debêntures Sêniores	-16.702	-23.310	-30.799
6.03.06	Juros Pagos de Debêntures Subordinadas	0	-162.493	-63.171
6.03.07	Juros Pagos de Debêntures 4ª Emissão	-140.940	-9.924	0
6.03.08	Recebimento de Debêntures	0	642.736	0
6.03.09	Custo de Transação da 5ª Emissão	-99	0	0
6.03.10	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	140.310	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	164.522	-48.335	33.660
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	65.254	113.589	79.929
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	229.776	65.254	113.589

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.052.152	-5	0	-31.228	50.185	1.071.104	0	1.071.104
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.052.152	-5	0	-31.228	50.185	1.071.104	0	1.071.104
5.04	Transações de Capital com os Sócios	288.874	0	0	-179.276	0	109.598	0	109.598
5.04.01	Aumentos de Capital	274.275	0	0	-179.276	0	94.999	0	94.999
5.04.08	Capital Social a Integralizar	-71.251	0	0	0	0	-71.251	0	-71.251
5.04.09	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	140.310	0	0	0	0	140.310	0	140.310
5.04.10	Reclassificação para Obrigações por Repasse - PPP	-54.460	0	0	0	0	-54.460	0	-54.460
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-611.512	-82.361	-693.873	0	-693.873
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-611.512	0	-611.512	0	-611.512
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-82.361	-82.361	0	-82.361
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	-26.653	-26.653	0	-26.653
5.05.02.06	Varição no Valor Justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	-495.632	-495.632	0	-495.632
5.05.02.07	Tributação s/Varição no Valor Justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	28.698	28.698	0	28.698
5.05.02.08	Provisão para Perdas de Investimentos	0	0	0	0	411.226	411.226	0	411.226
5.07	Saldos Finais	1.341.026	-5	0	-822.016	-32.176	486.829	0	486.829

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	181.522	-5	0	-85.362	71.037	167.192	0	167.192
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	181.522	-5	0	-85.362	71.037	167.192	0	167.192
5.04	Transações de Capital com os Sócios	870.630	0	0	-129.063	0	741.567	0	741.567
5.04.01	Aumentos de Capital	1.799.482	0	0	0	0	1.799.482	0	1.799.482
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-93.180	0	-93.180	0	-93.180
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-35.883	0	-35.883	0	-35.883
5.04.08	Provisão para Redução de Capital - Convênios	-1.052.328	0	0	0	0	-1.052.328	0	-1.052.328
5.04.10	Provisão para Redução de Capital - PPP	123.476	0	0	0	0	123.476	0	123.476
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	183.197	-20.852	162.345	0	162.345
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	183.197	0	183.197	0	183.197
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-20.852	-20.852	0	-20.852
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	5.710	5.710	0	5.710
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	-9.767	-9.767	0	-9.767
5.05.02.06	Varição no Valor Justo dos Ativos Financeiros Disponíveis	0	0	0	0	-16.795	-16.795	0	-16.795
5.07	Saldos Finais	1.052.152	-5	0	-31.228	50.185	1.071.104	0	1.071.104

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	150.000	-5	36.108	0	92.288	278.391	0	278.391
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	150.000	-5	36.108	0	92.288	278.391	0	278.391
5.04	Transações de Capital com os Sócios	31.522	0	-19.763	-23.304	0	-11.545	0	-11.545
5.04.01	Aumentos de Capital	595.334	0	-19.763	0	0	575.571	0	575.571
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-14.000	0	-14.000	0	-14.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-9.304	0	-9.304	0	-9.304
5.04.09	Provisão para redução de Capital - Convênios	-33.296	0	0	0	0	-33.296	0	-33.296
5.04.10	Provisão para redução de Capital - PPP	-530.516	0	0	0	0	-530.516	0	-530.516
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	37.814	-21.251	16.563	0	16.563
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	37.814	0	37.814	0	37.814
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-21.251	-21.251	0	-21.251
5.05.02.07	Varição no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	-17.469	-17.469	0	-17.469
5.05.02.08	Tributação s/varição no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	5.939	5.939	0	5.939
5.05.02.09	Participação do resultado abrangente de coligada	0	0	0	0	-9.721	-9.721	0	-9.721
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	14.245	-14.245	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.891	-1.891	0	0	0	0
5.06.05	Retenção de lucros	0	0	12.354	-12.354	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	181.522	-5	30.590	265	71.037	283.409	0	283.409

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
7.01	Receitas	251.303	267.617	134.043
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.215	2.814	3.088
7.01.02	Outras Receitas	248.088	264.803	130.955
7.01.02.01	Receita de recuperação de crédito	7.800	5.576	10.599
7.01.02.02	Receita de atualização de crédito	240.258	258.689	120.339
7.01.02.03	Outras receitas	30	538	17
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-715.248	-150.553	-3.439
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.805	0	0
7.02.04	Outros	-713.443	-150.553	-3.439
7.02.04.01	Custos processuais	-331	-144	-407
7.02.04.02	Serviços tomados de terceiros	-1.254	-1.073	-1.383
7.02.04.03	Despesas administrativas	-2.621	-2.591	-1.649
7.02.04.04	Provisão para perdas de investimentos	-467.955	0	0
7.02.04.05	Resultado de ajustes a valor justo	-66.991	0	0
7.02.04.06	Perda/Recuperação de valores ativos	-174.291	-146.745	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-463.945	117.064	130.604
7.04	Retenções	-53	-57	-54
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-53	-57	-54
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-463.998	117.007	130.550
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	127.152	395.107	58.576
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	19.469	20.019	-825
7.06.02	Receitas Financeiras	59.686	114.814	41.163
7.06.03	Outros	47.997	260.274	18.238
7.06.03.01	Receita de participações acionárias	47.997	260.274	18.238
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-336.846	512.114	189.126
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-336.846	512.114	189.126
7.08.01	Pessoal	6.620	6.132	5.410
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.590	5.124	4.499
7.08.01.02	Benefícios	643	614	546

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
7.08.01.03	F.G.T.S.	387	394	365
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.598	14.159	11.698
7.08.02.01	Federais	10.486	13.997	11.522
7.08.02.02	Estaduais	2	3	3
7.08.02.03	Municipais	110	159	173
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	257.448	308.626	134.204
7.08.03.01	Juros	210.108	190.839	0
7.08.03.02	Aluguéis	40	42	42
7.08.03.03	Outras	47.300	117.745	134.162
7.08.03.03.01	Despesas financeiras	42.940	112.309	129.288
7.08.03.03.02	Obrigações por repasse	4.360	3.240	2.013
7.08.03.03.03	Custo a amortizar	0	2.196	2.861
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-611.512	116.708	23.304
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	35.883	9.304
7.08.04.02	Dividendos	0	80.825	14.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-611.512	0	0
7.08.05	Outros	0	66.489	14.510
7.08.05.01	Reserva legal	0	15.578	1.891
7.08.05.02	Retenção de lucros	0	50.911	12.619

## Relatório da Administração

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO Exercício de 2015 | consolidado



**Senhor Acionista,**

A Diretoria da MGI – Minas Gerais Participações S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete ao exame e deliberação de V.S<sup>as</sup>. o Relatório da Administração que destaca as principais ações desenvolvidas pela Empresa, as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, às quais se incorporam ainda o Parecer dos Auditores Independentes, bem como o do Conselho Fiscal, referentes à situação patrimonial e financeira da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas de forma comparativa com o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

#### 1. MENSAGEM DA DIRETORIA

O ano de 2015 foi marcado por grandes desafios para a MGI. Condições desfavoráveis do ambiente externo afetaram significativamente os resultados da Companhia, sobretudo no contexto das participações acionárias e das debêntures emitidas.

As debêntures de sua quarta emissão, emitidas visando à melhoria do Sistema Estadual de Finanças, possuindo como principal garantia ações preferenciais emitidas pela Cemig, geraram para a Companhia uma forte exposição às oscilações do mercado de capitais, que foram significativas durante o ano em virtude da conjuntura econômica. Entretanto, a Companhia conseguiu mitigar os impactos por meio de instrumentos financeiros apropriados, conforme será explicitado ao longo deste relatório.

Em detrimento dos reveses, a Companhia seguiu cumprindo sua missão, com atuação em atividades de grande importância e relevância para o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Minas Gerais.

#### 2. A MGI

##### 2.1 Estrutura Societária

A MGI é uma sociedade anônima de capital aberto, controlada pelo Estado de Minas Gerais, vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF-MG) e integrante da Administração Pública Indireta, tendo como acionistas o Estado de Minas Gerais, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. (BDMG) e a Companhia Energética de Minas Gerais S.A. (CEMIG).

A Companhia atualmente detém participação nas seguintes sociedades:

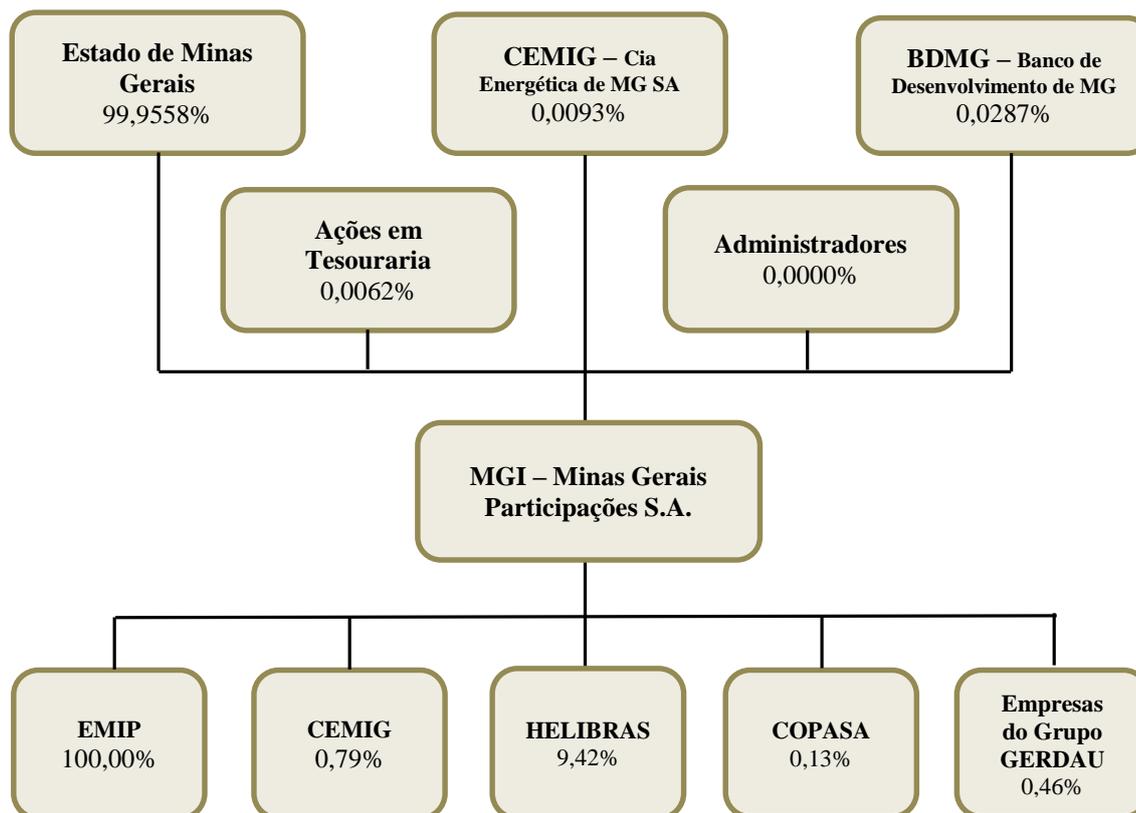
- EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A. (subsidiária integral);
- Helibrás – Helicópteros S.A.;

## Relatório da Administração

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO Exercício de 2015 | consolidado



- Cemig – Companhia Energética de Minas Geais S.A.;
- Empresas do Grupo Gerdau S.A.;
- Copasa – Companhia de Saneamento de Minas Gerais S.A.

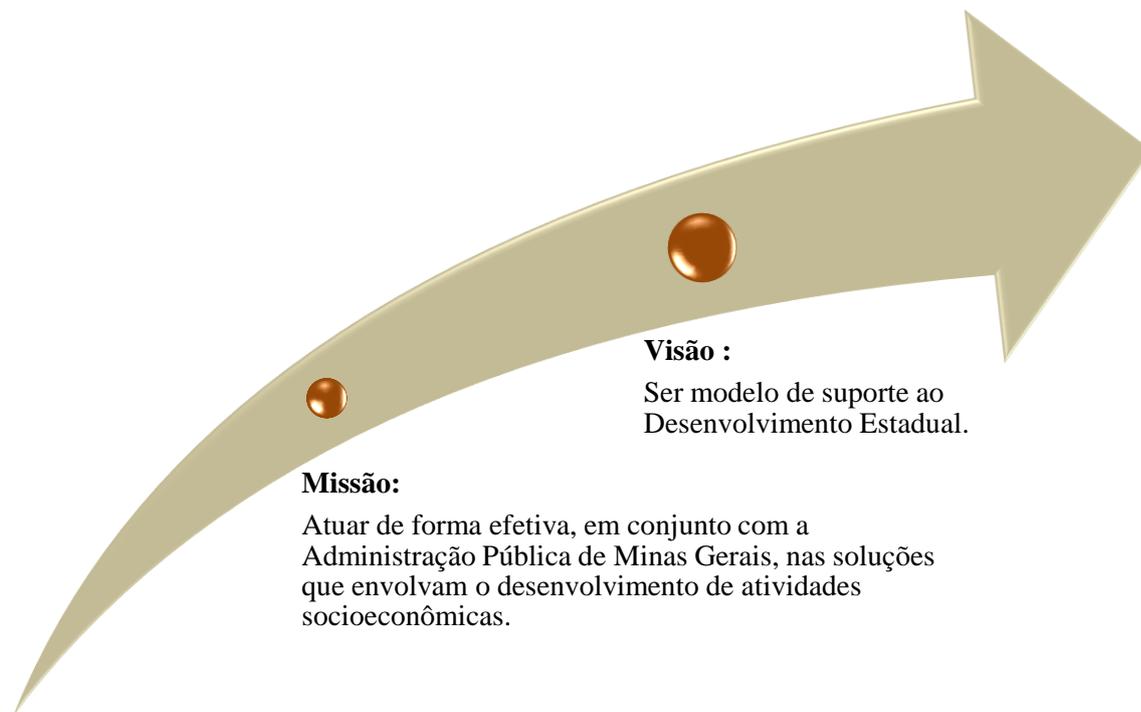


## Relatório da Administração

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO Exercício de 2015 | consolidado



#### 2.2 Identidade Organizacional



### 3 RETIFICAÇÃO DE ERROS – REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Companhia identificou que ativos e passivos financeiros não estavam sendo mensurados de forma adequada. Tais ativos e passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método dos juros efetivos.

Entretanto, a utilização desse método não estava considerando, desde o exercício findo em 2012, os impactos subsequentes dos ajustes pelo reconhecimento inicial destes instrumentos ao valor justo e a revisão periódica das estimativas de fluxos de caixa requerida na aplicação do método dos juros efetivos.

Os ajustes impactaram diretamente na redução dos resultados dos exercícios de 2012 a 2014 e, conseqüentemente, a Companhia distribuiu JCP e dividendos a maior, assim como integralizou reserva de capital indevidamente. O impacto de tais ajustes está demonstrado nos prejuízos acumulados da Companhia.

A Companhia contratou um escritório de Advocacia especializado para analisar os efeitos tributários e societários relevantes a esta reapresentação. Até esta data, tais estudos não foram concluídos e validados pela administração.

## Relatório da Administração

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO Exercício de 2015 | consolidado



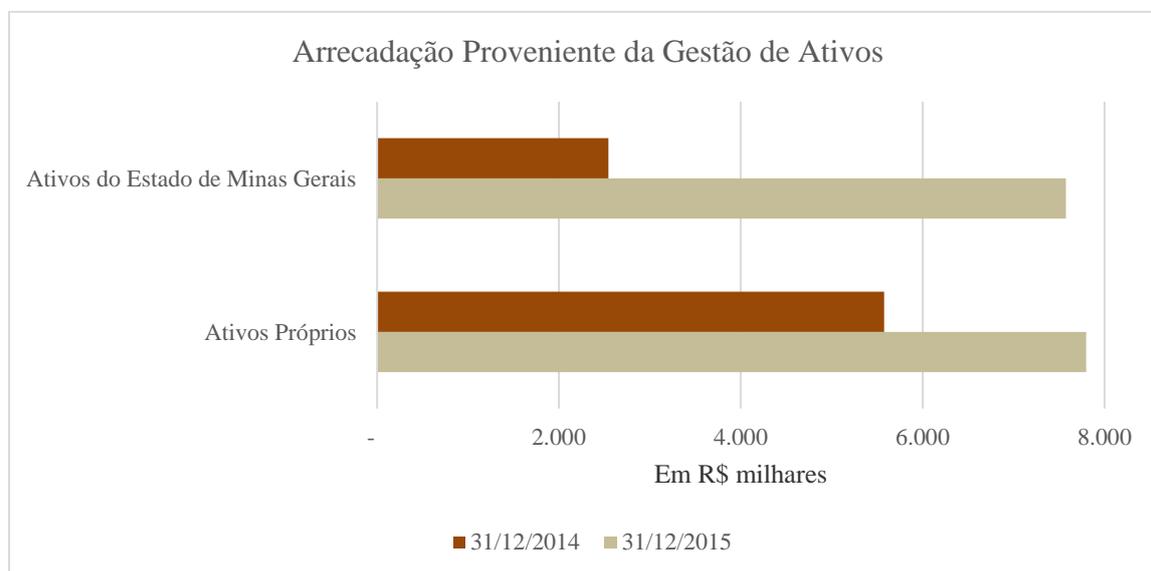
#### 4 DESEMPENHO OPERACIONAL

##### 4.1 Gestão de Ativos

Em sua atuação na recuperação de créditos em liquidação adquiridos junto aos bancos estaduais privatizados Bemge e Credireal, a Companhia arrecadou no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o montante de R\$7.800 mil, superior em 40% ao exercício de 2014, quando a arrecadação totalizou R\$5.576 mil.

Mediante contrato celebrado com a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF), a Companhia atua também na administração dos ativos recepcionados pelo Estado em decorrência da extinção da Minascaixa e da privatização dos Bancos Bemge e Credireal. Neste exercício, a MGI arrecadou e repassou à SEF o montante de R\$7.577 mil provenientes da recuperação de créditos em liquidação e alienação de bens imóveis. Este valor superou em 198% o apurado no exercício anterior, quando totalizou R\$2.546 mil.

Considerando a natureza e data em que os empréstimos foram concedidos (mais de 20 anos), a falta de bens penhoráveis e/ou garantias e a baixa liquidez dos imóveis, a Administração considera relevantes os valores arrecadados.



##### 4.2 Direitos de Crédito Autônomos

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui um saldo de Direitos de Crédito Autônomos a receber de R\$1.715.616 mil (R\$1.700.169 mil em 31 de dezembro de 2014).

Durante este exercício, foi contabilizado a título de variação monetária ativa dos direitos creditórios o montante de R\$129.871 mil (R\$128.941 mil no exercício de 2014), enquanto os valores recebidos neste exercício totalizaram R\$170.084 mil (R\$194.597 mil em 2014).

**Relatório da Administração****RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**Exercício de 2015 | consolidado**

A Companhia possui, ainda, em 31 de dezembro de 2015, um saldo de R\$36.739 mil a receber do Estado de Minas Gerais relativo a parcelas direitos creditórios devidas à MGI pagas pelos contribuintes diretamente ao Estado.

**4.3 Debêntures**

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2015, obrigações decorrentes da segunda, terceira e quinta emissões de debêntures, tendo liquidado em novembro de 2015 as debêntures de quarta emissão.

Durante o exercício de 2015, a Companhia registrou despesas de R\$210.108 mil a título de juros sobre as debêntures emitidas. No exercício de 2014, essas despesas totalizaram R\$190.839 mil. Esse aumento de 10% foi devido ao aumento da taxa DI, à qual é indexada a remuneração das debêntures.

Os pagamentos de juros e amortizações das debêntures emitidas são realizados rigorosamente nos termos das respectivas escrituras de emissão. O quadro abaixo apresenta os pagamentos efetuados durante o exercício de 2015:

<b>Pagamentos Efetuados (R\$ milhares)</b>	<b>Juros</b>	<b>Amortizações</b>	<b>Total Pago</b>
(a) Segunda Emissão	-	-	-
(b) Terceira Emissão	16.702	54.320	71.022
(c) Quarta Emissão	140.940	650.000	790.940
(d) Quinta Emissão	-	-	-
<b>Total</b>	<b>157.642</b>	<b>704.320</b>	<b>861.962</b>

**(a) Debêntures Subordinadas (Segunda Emissão)**

A Companhia possui um saldo de R\$874.883 mil a pagar referente às debêntures subordinadas, que foram integralmente subscritas pelo Estado de Minas Gerais. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo devedor totalizava R\$787.198.

As debêntures subordinadas possuem vencimento em 2022 e não possuem amortizações ordinárias intermediárias. Podem ocorrer amortizações extraordinárias a critério da Emissora, porém estas não ocorreram durante o exercício de 2015.

Após a liquidação da terceira emissão de debêntures, prevista para 30 de agosto de 2017, a segunda emissão poderá ser quitada mediante dação em pagamento do saldo remanescente da carteira de direitos de crédito autônomos, cujo saldo atual foi apresentado no item 2.2.

**(b) Debêntures Seniores (Terceira Emissão)**

Os pagamentos de juros e de amortização da terceira emissão são feitos mensalmente e totalizaram R\$71.022 mil no exercício de 2015. O saldo devedor desta emissão é de R\$78.293 mil em 31 de dezembro de 2015.

## Relatório da Administração

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO Exercício de 2015 | consolidado



#### (c) Debêntures de Quarta Emissão

A quarta emissão de debêntures tem como principal garantia ações preferenciais da CEMIG de titularidade da MGI. Nesse contexto, a Companhia fica suscetível às oscilações dessas ações no mercado, na medida em que quedas nas cotações causam necessidade de reforço de garantia em moeda corrente, depositado diretamente na conta vinculada à emissão. Com o intuito de atenuar a exposição da Companhia, decidiu-se por uma repactuação, que envolveu:

##### (i) Empréstimo de Ações

Em 26 de agosto de 2015, a Companhia firmou Contrato de Empréstimo de Ações, visando o aluguel de 68.582.845 ações para o Banco de Investimentos Credit Suisse. Como contrapartida deste empréstimo a Companhia registrou em seu Ativo Não Circulante a conta Direito Creditório – Credit Suisse, que totaliza o valor de R\$420.413 mil em 31 de dezembro de 2015.

##### (ii) Hedge de Ações

Em 26 de agosto de 2015, a Companhia firmou Contrato de Hedge, sem custos adicionais, das ações emprestadas ao Banco de Investimento Credit Suisse, com o objetivo de proteger a Companhia da volatilidade das ações da Cemig. O hedge dessas ações foi integralmente concluído em 21 de outubro de 2015, e o valor do Hedge, dado pelo produto entre o Preço de Exercício das opções flexíveis de venda e a quantidade agregada dessas opções, passou a integrar o Índice de Cobertura da 4ª Emissão.

##### (iii) Cancelamento da Quarta Emissão por meio da Quinta Emissão

Em 26 de novembro de 2015, conforme definido no Primeiro Aditamento à Escritura da Quinta Emissão de Debêntures, foram subscritas e integralizadas 650 debêntures, no montante de R\$650.000 mil, por meio da dação em pagamento das 650 debêntures da quarta emissão, de igual valor nominal.

Desta forma, a Companhia liquidou suas obrigações com a quarta emissão. No exercício de 2015, foram pagos juros de R\$140.940 mil e foi amortizado o principal de R\$650.000 mil como dação em pagamento pela quinta emissão de debêntures.

#### (d) Debêntures de Quinta Emissão

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui um saldo de R\$660.097 mil a pagar referente à quinta emissão de debêntures. Durante o exercício de 2015, não foram pagos juros e amortizações, visto que os juros serão devidos semestralmente a partir de janeiro de 2016 e as amortizações serão devidas semestralmente a partir de julho de 2019.

## Relatório da Administração

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO Exercício de 2015 | consolidado



Debêntures	Saldo Devedor Inicial	Saldo Devedor em 31/12/2015
2ª Emissão	R\$1.819 milhões	R\$875 milhões
3ª Emissão	R\$316 milhões	R\$78 milhões
4ª Emissão	R\$650 milhões	R\$ -
5ª Emissão	R\$650 milhões	R\$660 milhões

#### 4.4 Participações Acionárias

A Companhia possui participação acionária na Helibrás, Cemig, Copasa e empresas do grupo Gerdau.

Esses investimentos proporcionaram receitas de juros sobre capital próprio e dividendos no montante de R\$47.997 mil no exercício. Essas receitas foram inferiores em 82% às auferidas no exercício anterior, quando somaram R\$260.274 mil.

A participação acionária na Cemig é responsável por cerca de 99% das receitas de investimentos auferidas pela MGI. Por esta razão, o declínio da distribuição de dividendos pela Cemig provocou significativo impacto nessas receitas. Embora o Estatuto Social da Cemig determine a distribuição de 50% do lucro líquido, neste exercício a Administração da companhia deliberou a distribuição de apenas 25% do lucro líquido do exercício de 2014, uma vez que o baixo nível dos reservatórios de energia elétrica pode ocasionar redução significativa na energia disponível para venda pelas suas usinas hidrelétricas, com efeitos sobre a receita e o fluxo de caixa. Os valores que deixaram de ser distribuídos serão mantidos na conta de Reserva de Dividendos obrigatórios não distribuídos, para serem pagos assim que a situação financeira da companhia o permitir.

A MGI registrou, ainda, provisão de perdas com investimentos na Cemig e na Copasa nos valores de R\$466.375 e R\$1.580, respectivamente, em virtude do reconhecimento da desvalorização das ações dessas companhias (*impairment*), conforme determinado nas normas contábeis.

Da participação na Helibrás, a Companhia obteve um resultado de R\$19.470 mil em equivalência patrimonial, sendo R\$15.234 mil na participação do resultado e R\$4.236 mil refere-se ao efeito de diluição na participação de coligadas, 3% inferior ao exercício de 2014, quando este resultado foi de R\$20.019 mil.

## Relatório da Administração

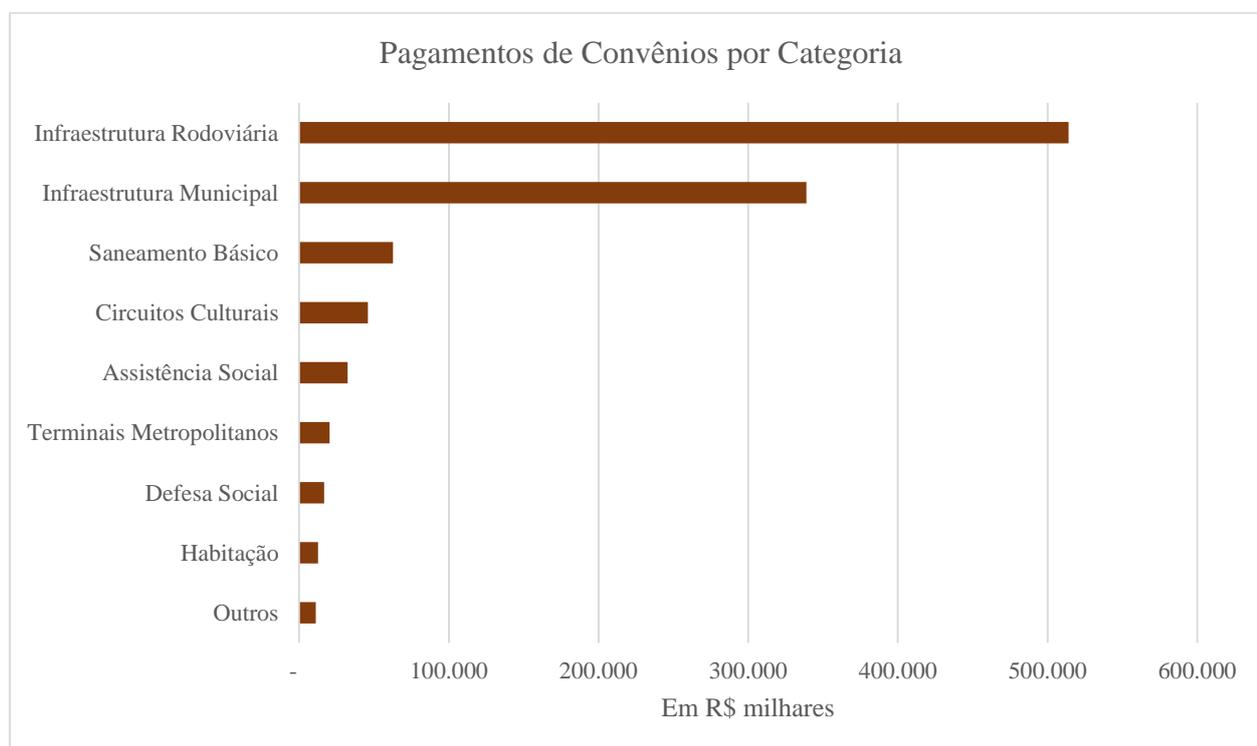
### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO Exercício de 2015 | consolidado



#### 4.5 Convênios

Durante este exercício, a Companhia deu continuidade ao seu programa de investimentos em ações destinadas à promoção do desenvolvimento da infraestrutura estadual por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações com interveniência e apoio técnico de Secretarias de Estado responsáveis pelas políticas públicas setoriais.

A MGI repassou aos convenientes, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$500 mil referente a celebração de um novo convênio, bem como R\$44.277 mil relativos a parcelas de convênios celebrados nos anos anteriores. Em 2013 e 2014, foram repassados R\$1.006 milhões. Os recursos repassados são destinados a obras de apoio à infraestrutura municipal, obras de saneamento básico, reformas e ampliações de Parques de Exposições Agropecuários, recuperação e manutenção de rodovias. Os valores acima estão apresentados líquidos das devoluções recebidas dos convenientes a título de prestação de contas de convênios já encerrados. Os recursos repassados se originam de aportes de capital realizados na Companhia pelo acionista controlador, Estado de Minas Gerais.



As prestações de contas destes convênios devem ser realizadas pelos convenientes às Secretarias de Estado intervenientes, que devem validá-las e repassá-las à MGI no prazo de 90 dias após o término de cada convênio, com a finalidade de confirmar a execução física e financeira de seu objeto e o alcance de seu objetivo social. Também é de responsabilidade das Secretarias intervenientes a inspeção física (*in loco*) desses convênios. O não recebimento pela MGI da prestação de contas devidamente validada pela Secretaria responsável implica no impedimento de novos repasses de

## Relatório da Administração

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO Exercício de 2015 | consolidado



recursos ao conveniente e na promoção de tomada de contas especial com o ressarcimento dos valores repassados aos convenientes devidamente atualizados.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava em seus controles internos um total de 286 convênios encerrados há mais de 90 dias sem a validação da respectiva prestação de contas por parte das Secretarias de Estado responsáveis. Esses convênios montam R\$584.891 mil e a Administração vem empreendendo esforços para agilizar a referida prestação de contas. A Administração concentra esforços, também, no aprimoramento dos processos internos relativos aos convênios, com o intuito de mitigar as distorções de informações identificadas pela auditoria independente nos controles sistêmicos referentes às prestações de contas. Cabe ressaltar que as distorções identificadas dizem respeito tão somente às informações relativas às prestações de contas. Em relação aos controles de pagamentos de convênios, as informações encontram-se devidamente conciliadas e validadas.

#### 4.6 Subsidiária Integral

A EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., subsidiária integral da MGI, atua como mandatária do Estado de Minas Gerais em contratos de concessões e parcerias público-privadas, para isso assumindo obrigações relacionadas às contraprestações pecuniárias ou de qualquer outra natureza no âmbito dos referidos contratos.

No exercício de 2015, foram pagos como contraprestações aos parceiros privados, em nome do Estado de Minas Gerais, o montante de R\$262.435 mil oriundo de aportes de capital da MGI, no valor de R\$221.692, e recursos próprios de rendimentos de aplicação financeira, no valor de R\$40.743. No exercício de 2014, foram pagos R\$239.808 integralmente com recursos de aportes de capital da MGI.

A EMIP atua, ainda, na comercialização de bens imóveis próprios não de uso, tendo auferido no período uma receita líquida de R\$1.061 mil com a venda de 26 imóveis por meio de concorrências públicas.

## 5 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Indicadores Seleccionados	31/12/2015	31/12/2014	Δ%
3.1 Receita Operacional Líquida	297.067	525.090	(43%)
3.2 Custo Operacional	(263.710)	(312.338)	(16%)
3.3 Lucro Bruto	33.357	212.752	(84%)
3.4 Resultado não Operacional	(534.946)	(176.745)	203%
3.5 Resultado Financeiro Líquido	54.550	113.872	(52%)
3.6 LAJIDA	(663.538)	80.000	(929%)
LAJIDA ajustado	(322.352)	(86.764)	272%
3.7 Lucro Líquido	(611.512)	183.197	(434%)
Lucro Líquido ajustado	134.986	309.923	(56%)

## Relatório da Administração

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO Exercício de 2015 | consolidado

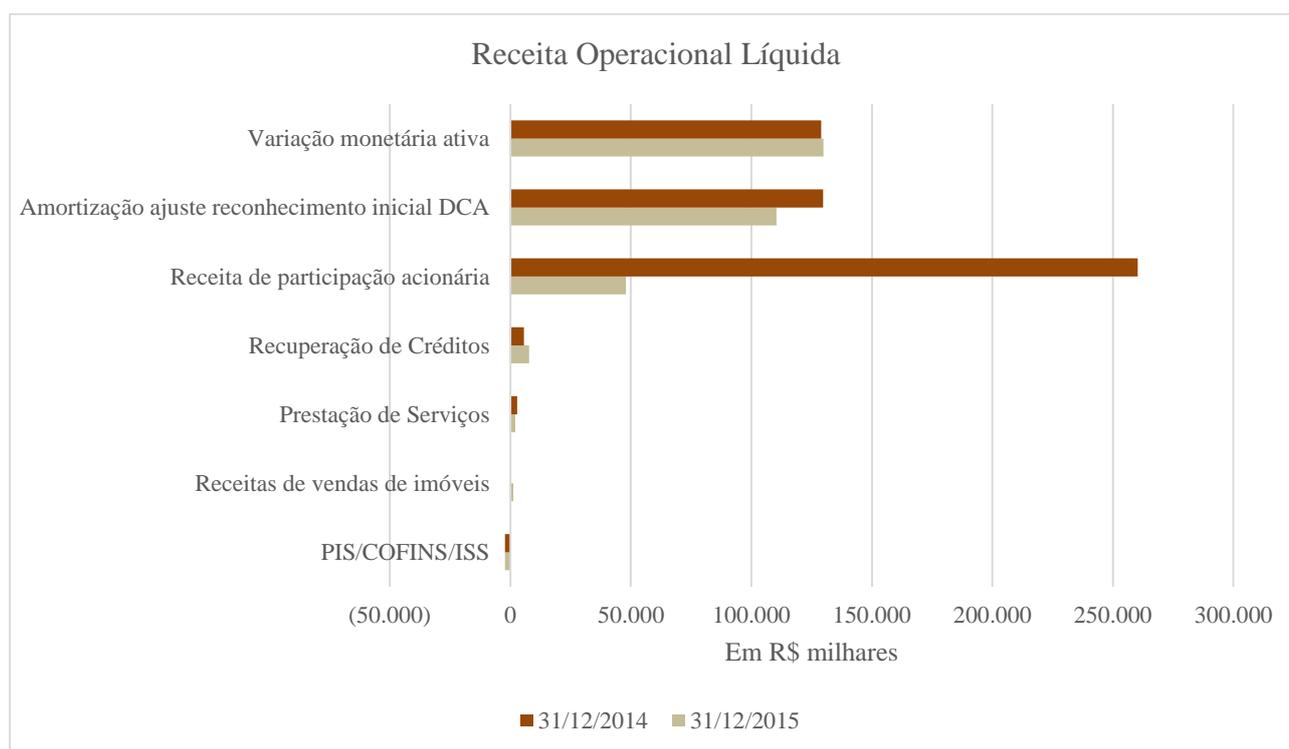


#### 5.1 Receita Operacional Líquida

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentou Receita Operacional Líquida de R\$297.067 mil, 43% inferior ao exercício de 2014, quando alcançou R\$525.090 mil.

O fator preponderante para a diminuição da receita operacional líquida foi a redução de 82% nas receitas com participações acionárias, ocasionada pelo declínio dos dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos pela Cemig. Essas receitas, que em 31 de dezembro de 2014 totalizaram R\$260.274 mil, representando 50% da receita operacional líquida daquele exercício, reduziram para R\$47.997 mil em 31 de dezembro de 2015, correspondendo a 16% da receita operacional líquida deste exercício.

A receita mais expressiva neste exercício foi a variação monetária ativa, proveniente da carteira de direitos de crédito autônomos, que alcançou R\$129.871 mil, representando 44% da Receita Operacional Líquida. No exercício de 2014, essa receita totalizou R\$128.941 mil, havendo, portanto, um aumento de 1% em 2015.



#### 5.2 Custo Operacional

O custo operacional totalizou R\$263.710 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, inferior em 16% ao exercício anterior, quando atingiu R\$312.338 mil.

## Relatório da Administração

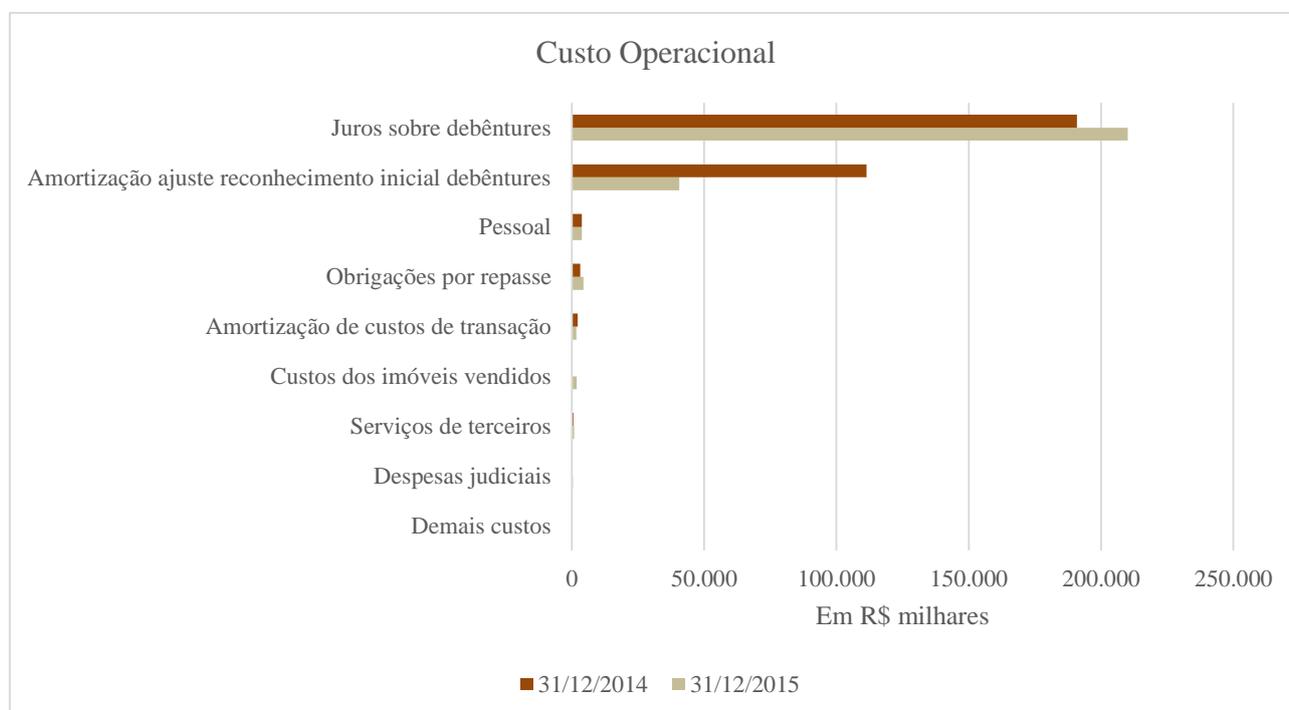
### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO Exercício de 2015 | consolidado



O custo mais expressivo é composto pelos juros sobre as debêntures, que totalizou R\$210.108 mil neste exercício, representando 80% do custo total. Este custo apresentou crescimento de 10% em relação ao exercício anterior em virtude do aumento da taxa DI, à qual é indexada a remuneração das debêntures emitidas pela Companhia.

A redução observada no custo total decorreu do custo com amortização do ajuste a valor justo no reconhecimento inicial das debêntures subordinadas, que reduziu 64% de 2014 para 2015.

Os demais custos apurados no exercício foram pouco representativos para os resultados da Companhia, conforme se depreende do gráfico abaixo.



### 5.3 Resultado Bruto

A significativa redução da receita, provocada preponderantemente pela redução das receitas provenientes de participações acionárias, ocasionou uma redução de 84,32% no resultado bruto, que foi de R\$33.357 mil no exercício de 2015 e R\$212.752 mil no exercício de 2014.

### 5.4 Resultado não Operacional

No quadro abaixo estão apresentados os resultados não operacionais registrados pela Companhia, em conformidade com as normas contábeis. Estes resultados não afetaram o caixa.

**Relatório da Administração****RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**Exercício de 2015 | consolidado**

<b>Resultado não Operacional (em R\$ milhares)</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
<b>(a) Resultado de ajustes a valor justo</b>	<b>(123.721)</b>	-
(i) <i>Ajuste a valor justo dos Contratos de Opções</i>	(66.991)	-
(ii) <i>Ajuste a valor justo dos Direitos Creditórios Credit Suisse</i>	(56.730)	-
<b>(b) Impairment (reversão) dos Direitos de Crédito Autônomos</b>	<b>(174.291)</b>	<b>(146.745)</b>
<b>(c) Provisão para perdas em participações societárias</b>	<b>(467.955)</b>	-
(i) <i>Impairment do investimento na Cemig</i>	(466.374)	-
(ii) <i>Impairment do investimento na Copasa</i>	(1.581)	-
<b>Total</b>	<b>(765.967)</b>	<b>(146.745)</b>

**(a) Resultado de ajustes a Valor Justo**

A Companhia registrou, no exercício de 2015, resultado negativo de ajustes a valor justo no valor de R\$298.012 mil, já no exercício precedente, o resultado negativo foi de R\$ 146.745 mil, conforme detalhado abaixo:

*(i) Ajuste a valor justo dos contratos de opções flexíveis sobre ações*

A Companhia registrou um resultado negativo de R\$66.991 mil relativo à diferença entre o valor justo das opções flexíveis de venda, que representam um ativo de R\$38.770 mil, e o valor justo das opções flexíveis de venda, que representam um passivo de R\$105.761 mil. No exercício de 2014, a Companhia não possuía contratos de opções flexíveis sobre ações.

*(ii) Ajuste a valor justo dos direitos creditórios Credit Suisse*

A Companhia registrou ajuste a valor justo no montante de R\$56.730 mil referente aos direitos creditórios das ações emprestadas ao Banco de Investimentos Credit Suisse. No exercício de 2014, a Companhia não possuía contrato de empréstimo de ações.

**(b) Impairment (reversão) dos Direitos de Crédito Autônomos**

O *impairment* dos direitos de crédito autônomos é dado pela diferença entre o valor contábil da carteira e seu valor justo. No exercício de 2014, a Companhia registrou *impairment* no valor de R\$146.745 mil. No exercício de 2015, a perda da carteira aumentou, decorrente de reavaliação da metodologia do cálculo do valor justo do ativo. O valor justo da carteira, que era calculado pelo método do fluxo de caixa descontado, tomando como base a carteira no reconhecimento inicial (2012), foi revisto para refletir as mudanças no fluxo esperado de recebimento, tendo em vista que diversos parcelamentos foram renegociados, o que resultou, inclusive, em extensão do prazo de pagamento. Desta forma, registrou-se no exercício de 2015 a perda no valor de R\$174.291 mil.

**(c) Provisão para perdas em participações societárias**

A Companhia registrou, no exercício de 2015, o reconhecimento da desvalorização das ações da Cemig e da Copasa (*impairment*), resultando numa provisão para perdas em participações societárias no valor de R\$467.955, sendo: (i) *impairment* do investimento na Cemig no valor de R\$466.374 mil;

**Relatório da Administração****RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**Exercício de 2015 | consolidado**

(ii) *impairment* do investimento na Copasa no valor de R\$1.581 mil. No exercício de 2014, não houve contabilização de *impairment* de investimentos.

**5.5 Resultado Financeiro Líquido**

O resultado financeiro líquido reduziu 52%, de R\$113.872 mil em 31 de dezembro de 2014 para R\$54.550 mil em 31 de dezembro de 2015.

Os resultados foram alcançados por meio de criterioso controle dos recursos mantidos em aplicações financeiras, em fundos lastreados em títulos públicos cujas rentabilidades anuais permearam as taxas DI a custos administrativos ínfimos (taxa de adm.). A redução se deu pela diminuição do montante aplicado.

Importante destacar a significativa contribuição da subsidiária EMIP, que foi responsável por 17% deste resultado.

Os principais fatores que contribuíram para a redução do montante aplicado foram:

- Redução das aplicações financeiras vinculadas aos convênios, em virtude da execução financeira dos mesmos. O montante aplicado reduziu de R\$109.530 mil em 31 de dezembro de 2014 para R\$38.385 mil em 31 de dezembro de 2015 (redução de 65%).
- Redução das aplicações financeiras da subsidiária EMIP, em razão do fluxo de pagamento de PPP's. O montante aplicado reduziu 99%, de R\$133.681 mil em 31 de dezembro de 2014 para R\$1.001 mil em 31 de dezembro de 2015.

**5.6 LAJIDA e LAJIDA ajustado**

LAJIDA e LAJIDA ajustado (R\$ mil)	31/12/2015	31/12/2014	Δ%
Resultado do Período	(611.512)	183.197	(434%)
(+) Despesa de IR e Contribuição Social	2.471	10.618	(77%)
(+) Despesas Financeiras Líquidas	(54.550)	(113.872)	(52%)
(+) Depreciação e Amortização	53	57	(7%)
<b>LAJIDA (a)</b>	<b>(663.538)</b>	<b>80.000</b>	<b>(929%)</b>
(-) Resultado positivo de Equivalência Patrimonial	(19.469)	(20.019)	(3%)
(+) Resultado Negativo de Ajustes a Valor Justo	66.991	-	-
(+) Impairment (reversão) dos Direitos de Crédito Autônomos	(174.291)	(146.745)	19%
(+) Provisão para Perdas em Participações Societárias	467.955	-	-
<b>LAJIDA AJUSTADO (b)</b>	<b>(322.352)</b>	<b>(86.764)</b>	<b>272%</b>

**(a) LAJIDA**

O LAJIDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) é uma medição não contábil utilizada para analisar a geração operacional de caixa de uma empresa. Esta medição é elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras, observando as disposições da Instrução

**Relatório da Administração****RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**Exercício de 2015 | consolidado**

CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012. A Companhia apurou, em 31 de dezembro de 2015, LAJIDA negativo de R\$663.538 mil, enquanto no exercício anterior apurou-se o LAJIDA positivo de R\$80.000 mil.

Importante ressaltar que este indicador foi fortemente influenciado pelos resultados não operacionais, que não afetaram o caixa. Desta forma, a Administração entende que o LAJIDA não reflete precisamente a geração operacional de caixa da Companhia.

**(b) LAJIDA ajustado**

Para melhor refletir sua geração operacional de caixa, a Companhia calculou o LAJIDA ajustado, no qual foram excluídos os efeitos da equivalência patrimonial, do resultado de ajustes a valor justo e da provisão para perdas. No exercício de 2015, apurou-se um LAJIDA ajustado negativo de R\$322.352 mil. No exercício anterior, o LAJIDA ajustado foi negativo no valor de R\$86.764 mil.

O principal fator que afetou a geração de caixa foi o declínio das receitas com participações acionárias, conforme mencionado em tópicos anteriores.

**5.7 Resultado Líquido e Resultado Líquido ajustado**

A Companhia apresentou prejuízo líquido R\$74.016 mil no exercício de 2015, enquanto no exercício de 2014 apresentou lucro líquido de R\$101.505 mil.

Conforme abordado anteriormente, a redução das receitas com participações acionárias foi fator preponderante para o declínio do resultado operacional da Companhia.

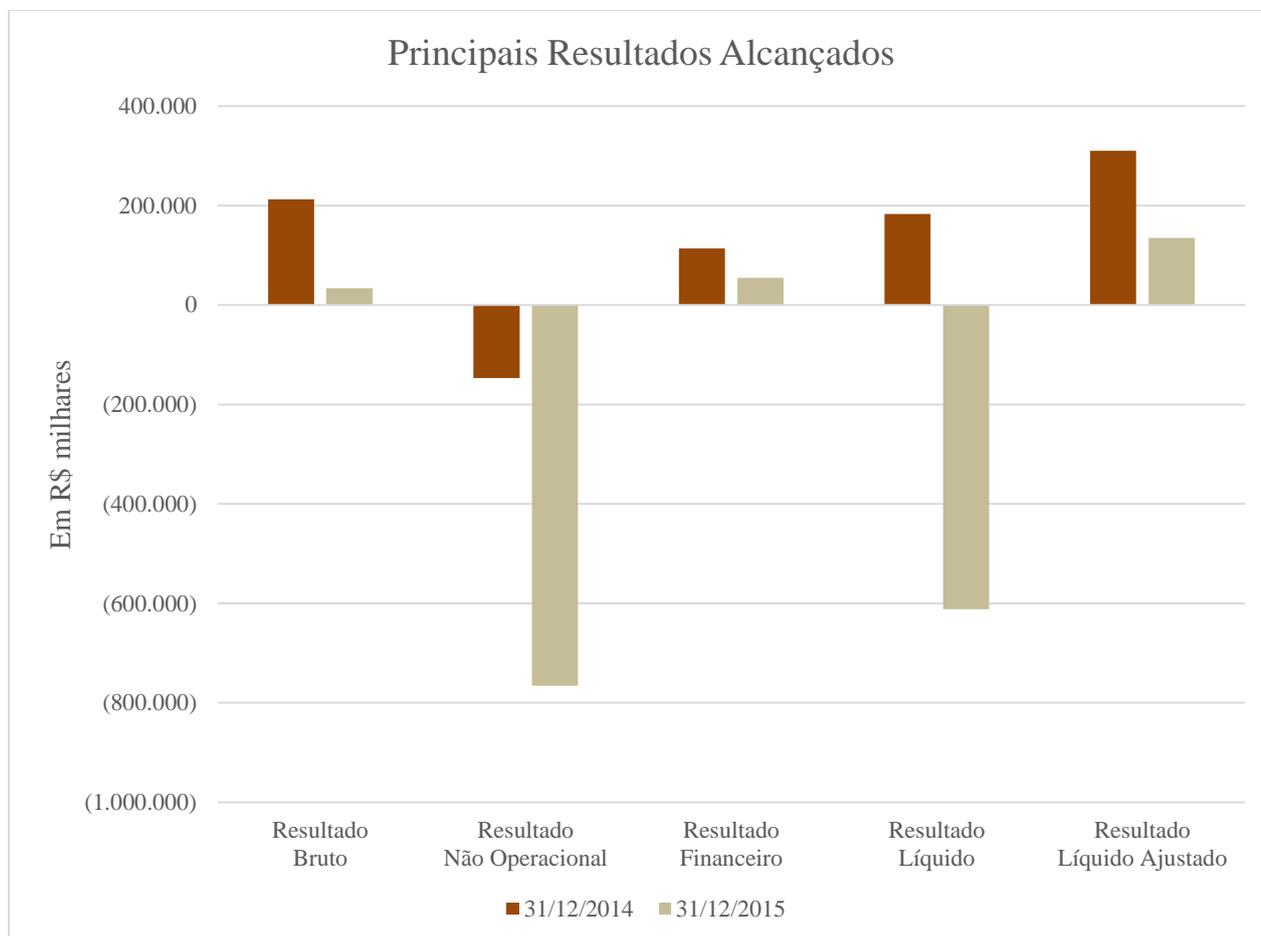
Entretanto, o resultado não operacional foi o elemento que mais contribuiu para o prejuízo apurado, visto que, desconsiderados seus efeitos sobre o resultado líquido, a Companhia apresentaria lucro.

Conforme demonstrado abaixo, o lucro líquido ajustado pela exclusão do resultado não operacional e da equivalência patrimonial é de R\$78.256 mil no exercício de 2015 e de R\$309.923 mil no exercício de 2014.

<b>Resultado Líquido Ajustado (em R\$ milhares)</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Resultado Líquido	(611.512)	183.197
(-) Resultado não Operacional	765.967	146.745
(-) Resultado de Equivalência Patrimonial	(19.469)	(20.019)
<b>Resultado Líquido Ajustado</b>	<b>134.986</b>	<b>309.923</b>

## Relatório da Administração

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO Exercício de 2015 | consolidado



## 6 REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei. Em razão do prejuízo apurado, a Companhia não declarou neste exercício o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio. No exercício anterior, foram distribuídos juros sobre capital próprio de R\$35.883 mil e dividendos no valor de R\$80.825 mil.

## 7 ACESSO A INFORMAÇÃO

A Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação regulamenta o direito fundamental de todo brasileiro acessar a informações, de interesse coletivo ou geral, produzidas, guardadas e organizadas pelo Poder Público em todos os níveis de governo – União, estados, municípios e Distrito Federal. Publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2011, a Lei, que entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012, estabelece procedimentos para que os órgãos públicos facilitem o acesso à informação pública sob sua guarda e respondam a pedidos de informações dos cidadãos.

## Relatório da Administração

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO Exercício de 2015 | consolidado



Foram criados mecanismos para garantir o acesso à informação pública e, por outro lado, estabelecidos critérios para proteção de informações pessoais e sigilosas que impliquem na segurança da Sociedade e do Estado. Mas a observância da publicidade como regra e do sigilo como exceção, a divulgação de informações de interesse público independentemente de solicitações e a utilização dos meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação, estão entre as principais diretrizes da Lei.

Em 25 de maio de 2012 o Governo Mineiro publicou o Decreto Estadual nº 45.969, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela administração direta do Poder Executivo, suas autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias e empresas controladas direta ou indiretamente, como vistas a garantir o acesso à informação, nos termos da legislação estadual vigente e da Lei Federal nº 12.527/2011.

Na MGI, o acesso à informação é disponibilizado no site [www.mgipart.com.br](http://www.mgipart.com.br). Para facilitar o acesso e a compreensão pela sociedade, foram publicados os links “Debêntures, Concursos, Editais, Institucionais, Transparência e Conselho de Ética”, de forma objetiva, linguagem acessível e agrupada no mesmo espaço, informações sobre a gestão administrativa, orçamentária e financeira, além dos resultados da atuação da Diretoria Executiva.

Na mesma oportunidade, foi disponibilizado o menu “Fale Conosco” – onde já era possível requerer, sem necessidade de justificativa, dados da Companhia e da gestão de seus administradores.

## 8 POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE

A MGI, na condição de Companhia de capital aberto, se sujeita à fiscalização exercida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA, na condição de emissora de valores mobiliários – Categoria “B” (Debêntures Simples Não conversíveis em Ações), nos termos da Instrução CVM nº 400/2009, devendo divulgar informações societárias de forma coerente com as melhores práticas de governança corporativa, visando à transparência e à equidade no relacionamento com os investidores e o mercado, bem como minimizar eventuais desvios.

Na MGI, a política de divulgação de informação e manutenção de sigilo por potenciais ou efetivos detentores de informação relevante, nos termos da Instrução MGI nº 358, de 03 de janeiro de 2002, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 23/05/2012.

As âncoras para a divulgação de informações estão representadas pelo “Sistema de Informações Periódicas e Eventuais – IPE” e pelo Programa “Empresas Net”, ambos da CVM.

Em atendimento à Instrução CVM nº 547 de 05 de fevereiro de 2014 a Companhia também divulga seus fatos relevantes no Diário Oficial do Estado e jornal de grande circulação editado em Belo Horizonte/MG e ainda no Portal de notícias com página na rede mundial de computadores, no endereço eletrônico [www.mgipart.com.br](http://www.mgipart.com.br).

## Relatório da Administração

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO Exercício de 2015 | consolidado



#### 9 AUDITORIA INDEPENDENTE

À Administração cumpre esclarecer que a prestação de serviços por auditores independentes restringe-se exclusivamente à auditoria das demonstrações financeiras, não havendo a prestação de outros serviços.

#### 10 AGRADECIMENTOS

A administração da MGI considera cumpridas as principais ações e metas propostas para o exercício de 2015 e agradece o apoio e a orientação recebidos da Secretaria de Estado de Fazenda, da Advocacia Geral do Estado, dos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como destaca a competência e o profissionalismo de seus empregados e colaboradores, responsáveis pela consecução dos objetivos atingidos.

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2015

A Administração

## Notas Explicativas



### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (em milhares de reais)

#### 1 Contexto operacional

A MGI – Minas Gerais Participações S.A. (“Companhia”) é uma pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital aberto, controlada pelo Estado de Minas Gerais (“EMG”), vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (“SEF”).

Os principais objetivos da Companhia são:

- a) Participar na formação acionária de empresas situadas no território mineiro, em fase de instalação, modernização ou expansão, que apresentem índices técnicos e econômico-financeiros satisfatórios, bem como participar de projetos de desenvolvimento regional de interesse público que, elaborados em conjunto com a Administração Pública do EMG, tenham por objetivo o desenvolvimento das atividades econômicas nos setores agrícola, industrial, comercial e de serviços no EMG;
- b) Promover associações de empresas, mesmo que delas não participe acionariamente, a fim de ampliar o parque industrial e agroindustrial mineiro;
- c) Prestar apoio técnico e de gestão administrativa na política de privatização do EMG, nos termos da legislação em vigor;
- d) Assessorar os dirigentes da SEF e colaborar com o Sistema Estadual de Finanças nos assuntos relacionados com as participações acionárias do EMG;
- e) Realizar operações de aquisição de créditos do EMG, conforme previsto em leis estaduais, e a captação de recursos com o objetivo de aquisição de tais créditos, por meio de operações de mercado de capitais, podendo prestar garantias reais para tanto;
- f) Prestar serviços de Administração de Ativos, por conta e ordem dos contratantes, em especial de órgãos, entidades e empresas integrantes da Administração Pública Direta e Indireta, incluindo:
  - i) alienação de bens, não de uso, observado o procedimento licitatório próprio (concorrência ou leilão), bem como a execução dos atos preparatórios respectivos (avaliação prévia e outros), aplicáveis a estes;
  - ii) administração de créditos, promovendo cobrança administrativa dos que integram carteira ativa e dos créditos em liquidação, realizar acordos e acompanhar a regularidade dos respectivos pagamentos, tudo em conformidade com as normas cabíveis e as orientações do contratante.
- g) Criação e/ou participação em empresa destinada a fomentar a política estadual de concessões e de parcerias público-privadas, podendo, para tanto, contratar e assumir obrigações, inclusive de natureza financeira relacionada às contraprestações pecuniárias ou de quaisquer outras naturezas, e prestar garantias nos contratos das espécies;
- h) Atuar como mandatária do Estado em contratos de concessões e de parcerias público-privadas;
- i) Promover ações que visem ao desenvolvimento do Estado, em conjunto com os órgãos e entidades da administração pública estadual, por meio da realização de convênios ou outros instrumentos congêneres, com vistas à contratação, construção, ampliação, aquisição e cessão

## Notas Explicativas



de bens móveis e/ou imóveis, bem como a realização e/ou contratação de projetos e pesquisas de interesse da administração pública estadual;

### *Contexto operacional da subsidiária integral*

Em conformidade com a Lei Estadual n.º 19.968, de 26/12/2011, a MGI constituiu uma subsidiária integral denominada EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., cujos principais objetivos estão vinculados a titular, administrar e explorar os ativos integrantes de seu patrimônio, estruturar e implementar operações com vistas à captação de recursos financeiros, assumir obrigações e ser mandatária do Estado em relação com as parcerias público-privadas (PPP), elaborar estudos técnicos com vistas às concessões e PPP, auxiliar no desenvolvimento de projetos de infraestrutura podendo assumir obrigações, prestar garantias, celebrar contratos ou convênios de cooperação técnica com a administração direta e/ou terceiros, participar ou constituir fundos, sociedades, consórcios e outras formas de investimentos ou empreendimentos voltados para o Estado e a qualquer tempo poderá receber ativos para a realização do seu objeto.

A MGI – Minas Gerais Participações S.A. possui 100% do capital social da referida Empresa em 31 de dezembro de 2015.

### **Aspectos operacionais**

Por força de contrato celebrado com o EMG por meio da SEF, a Companhia realiza a prestação de serviços de administração de ativos recepcionados pelo EMG em decorrência da extinção da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais (“Minascaixa”) e, também, dos ativos adquiridos pelo EMG no processo de alienação do controle acionário do Banco do Estado de Minas Gerais (“Bemge”) e Banco de Crédito Real de Minas Gerais (“Credireal”).

As receitas decorrentes da recuperação de operações de crédito (créditos em liquidação) adquiridos pela Companhia junto aos bancos estaduais privatizados Bemge e Credireal, mediante contrato de cessão de créditos, totalizaram, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 as importâncias de R\$7.800 e R\$5.576, respectivamente (veja nota 19).

Por força do contrato de cessão de créditos firmado entre a Companhia e o Bemge, 90% do resultado líquido positivo semestral da recuperação dos créditos é distribuído aos ex-acionistas do Bemge, conforme posição acionária em 29 de junho de 1998, dos quais o EMG possui 77,22% de participação. A distribuição é provisionada semestralmente, quando aplicável.

Conforme autorizado pela Lei Estadual nº 19.266, de 17 de dezembro de 2010, a Companhia adquiriu, em 24 de julho de 2012, do EMG, a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de determinados créditos tributários vencidos, reconhecidos pelos respectivos contribuintes (“Contribuintes”), objeto de parcelamentos administrativos (“Parcelamentos”) referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS (“Créditos Tributários”), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do EMG (“Direitos de Crédito Autônomos” – vide nota 8c).

A realização dos Direitos de Crédito Autônomos, no valor de R\$642.946, em 31 de dezembro de 2015, objeto do Contrato de Cessão Onerosa, depende da efetivação do fluxo de recebimento previsto. Adicionalmente, os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente poderão ter sua liquidez afetada em caso de aumento da inadimplência. (Veja nota 8.c)

A aquisição dos Direitos de Crédito Autônomos foi feita por intermédio da segunda Emissão de Debêntures Subordinadas, no montante de R\$1.819.000 (“Debêntures Subordinadas”), totalmente subscritas pelo EMG. Em seguida, a carteira de direitos creditórios foi dada como garantia para a

## Notas Explicativas



Terceira Emissão de Debêntures Simples (“Debêntures Seniores”), não Conversíveis em Ações, da Espécie, em série única, no montante de R\$316.000 (vide nota 14), cujo recebimento líquido foi usado para amortizar as Debêntures Subordinadas.

Em 27 de maio de 2014, a Companhia realizou a sua 4ª Emissão de Debêntures Simples Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. O total da emissão, correspondeu a 650 debêntures, no valor nominal unitário de R\$1.000, totalizando uma captação de R\$650.000. Essa Emissão foi repactuada por intermédio da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação e, em 26 de novembro de 2015, 650 debêntures da 5ª Emissão de valor unitário de R\$1.000 foram emitidas e dadas em pagamento das debêntures da 4ª Emissão, de igual valor, liquidando antecipadamente a 4ª Emissão. A oferta permanecerá em aberto por 180 dias contados da data de emissão (26/11/2016), em que poderão ser emitidas até 250 debêntures adicionais de valor unitário de R\$1.000. Até o presente momento, não foram emitidas debêntures adicionais.

O prazo de vencimento da 5ª Emissão é de 204 meses, a partir da data de Emissão, e a amortização do principal deverá ocorrer, semestralmente, a partir de julho/2019. A remuneração também será semestral, a partir de janeiro de 2016. (vide nota 14)

A garantia das debêntures emitidas é dada pela alienação fiduciária de 10 milhões de ações preferenciais de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. – CEMIG (CMIG4), de titularidade da MGI, pela cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de Contrato de Hedge, pela cessão fiduciária de direitos creditórios de Contrato de Empréstimo de Ações, por meio do qual foram emprestadas ao Banco de Investimentos Credit Suisse 68.582.845 ações CMIG4s, e pela cessão fiduciária da conta vinculada à operação, em que são depositados os proventos (juros sobre capital próprio, dividendos, bonificações) relativos às ações alienadas e emprestadas.

## 2 Base de Preparação

### *a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)*

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 24 de junho de 2016.

### *b. Base de mensuração*

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto nos seguintes casos: determinados instrumentos financeiros, mensurados por seus valores justos por meio do resultado; participação em coligada, mensurada pelo método de equivalência patrimonial; ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados pelo valor justo; e ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial.

### *c. Moeda funcional e moeda de apresentação*

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## Notas Explicativas



### *d. Uso de estimativas e julgamentos*

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com o BR GAAP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis, e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

- Nota 08 – Contas a receber de clientes e outros créditos
- Nota 09 – Instrumentos Financeiros de opções flexíveis de ações
- Nota 11 – Depósitos judiciais e provisão para contingências
- Nota 13 – Outros investimentos
- Nota 14 – Debêntures
- Nota 15 – Obrigações por repasse

As informações sobre incertezas e sobre premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 08 – Contas a receber de clientes e outros créditos
- Nota 09 – Instrumentos Financeiros de opções flexíveis de ações
- Nota 11 – Depósitos judiciais e provisão para contingências
- Nota 13 – Outros investimentos
- Nota 14 – Debêntures
- Nota 15 – Obrigações por repasse

## 3 Retificação de erros

### **Reapresentação dos valores correspondentes**

A Companhia identificou que ativos (direitos creditórios – nota 08) e passivos financeiros (debêntures subordinadas – nota 14) não estavam sendo mensurados de forma adequada. Tais ativos e passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método dos juros efetivos. Entretanto, a utilização desse método não estava considerando, desde o exercício findo em 2012, os impactos subsequentes dos ajustes pelo reconhecimento inicial destes instrumentos ao valor justo e a revisão periódica das estimativas de fluxos de caixa requerida na aplicação do método dos juros efetivos.

Ademais, apesar da existência de indícios de redução ao valor recuperável destes ativos, nenhuma perda estimada foi reconhecida no período.

Os erros foram corrigidos pela reapresentação dos valores correspondentes relativos aos exercícios anteriores apresentados para fins de comparação, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, conforme demonstrado a seguir:

## Notas Explicativas



## Reapresentação balanço patrimonial

ATIVO	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	Ajustes	01/01/2014	31/12/2013	Ajustes	01/01/2014
	Apresentado anteriormente		Reapresentado	Apresentado anteriormente		Reapresentado
Contas a receber de clientes e outros créditos	398.951	-	398.951	396.047	-	396.047
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>653.343</b>	<b>-</b>	<b>653.343</b>	<b>666.565</b>	<b>-</b>	<b>666.565</b>
Contas a receber de clientes e outros créditos	487.176	(16.633)	470.543	487.176	(16.633)	470.543
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>700.986</b>	<b>(16.633)</b>	<b>684.353</b>	<b>688.904</b>	<b>(16.633)</b>	<b>672.271</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.354.329</b>	<b>(16.633)</b>	<b>1.337.696</b>	<b>1.355.469</b>	<b>(16.633)</b>	<b>1.338.836</b>

PASSIVO	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	Ajustes	01/01/2014	31/12/2013	Ajustes	01/01/2014
	Apresentado anteriormente		Reapresentado	Apresentado anteriormente		Reapresentado
Debêntures	496.019	-	496.019	496.019	-	496.019
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>517.682</b>	<b>-</b>	<b>517.682</b>	<b>518.822</b>	<b>-</b>	<b>518.822</b>
Debêntures	509.589	99.320	608.909	509.589	99.320	608.909
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>553.502</b>	<b>99.320</b>	<b>652.822</b>	<b>553.502</b>	<b>99.320</b>	<b>652.822</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.071.184</b>	<b>99.320</b>	<b>1.170.504</b>	<b>1.072.324</b>	<b>99.320</b>	<b>1.171.644</b>
Reserva de lucros	30.585	(115.953)	(85.368)	30.585	(115.953)	(85.368)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>283.145</b>	<b>(115.953)</b>	<b>167.192</b>	<b>283.145</b>	<b>(115.953)</b>	<b>167.192</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.354.329</b>	<b>(16.633)</b>	<b>1.337.696</b>	<b>1.355.469</b>	<b>(16.633)</b>	<b>1.338.836</b>

ATIVO	Controladora			Consolidado		
	31/12/2014	Ajustes	31/12/2014	31/12/2014	Ajustes	31/12/2014
	Apresentado anteriormente		Reapresentado	Apresentado anteriormente		Reapresentado
Contas a receber de clientes e outros créditos	200.402	-	200.402	195.454	-	195.454
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>455.660</b>	<b>-</b>	<b>455.660</b>	<b>498.329</b>	<b>-</b>	<b>498.329</b>
Contas a receber de clientes e outros créditos	634.261	(144.145)	490.116	634.261	(144.145)	490.116
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>1.779.039</b>	<b>(144.145)</b>	<b>1.634.894</b>	<b>1.736.672</b>	<b>(144.145)</b>	<b>1.592.527</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>2.234.699</b>	<b>(144.145)</b>	<b>2.090.554</b>	<b>2.235.001</b>	<b>(144.145)</b>	<b>2.090.856</b>

PASSIVO	Controladora			Consolidado		
	31/12/2014	Ajustes	31/12/2014	31/12/2014	Ajustes	31/12/2014
	Apresentado anteriormente		Reapresentado	Apresentado anteriormente		Reapresentado
Debêntures	103.415	-	103.415	103.415	-	103.415
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>113.336</b>	<b>-</b>	<b>113.336</b>	<b>113.638</b>	<b>-</b>	<b>113.638</b>
Debêntures	767.738	210.687	978.425	767.738	210.687	978.425
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>805.942</b>	<b>210.687</b>	<b>1.016.629</b>	<b>805.942</b>	<b>210.687</b>	<b>1.016.629</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>919.278</b>	<b>210.687</b>	<b>1.129.965</b>	<b>919.580</b>	<b>210.687</b>	<b>1.130.267</b>
Reserva de lucros	213.084	(354.832)	(141.748)	213.084	(354.832)	(141.748)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>1.315.421</b>	<b>(354.832)</b>	<b>960.589</b>	<b>1.315.421</b>	<b>(354.832)</b>	<b>960.589</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2.234.699</b>	<b>(144.145)</b>	<b>2.090.554</b>	<b>2.235.001</b>	<b>(144.145)</b>	<b>2.090.856</b>

## Notas Explicativas



## Reapresentação demonstração de resultados

	Controladora		
	31/12/2014	Ajustes	31/12/2014
	Apresentado		Reapresentado
	<b>anteriormente</b>		
<b>Receita</b>	395.342	129.748	525.090
Custos	(200.971)	(111.367)	(312.338)
<b>Lucro bruto</b>	194.371	18.381	212.752
Despesas administrativas	(6.071)	-	(6.071)
Outras receitas (despesas)	538	-	538
Resultado de equivalência patrimonial	40.649	-	40.649
Provisão para perdas	-	(146.745)	(146.745)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>	229.487	(128.364)	101.123
Receitas financeiras	83.016	-	83.016
Despesas financeiras	(942)	-	(942)
<b>Receitas financeiras líquidas</b>	82.074	-	82.074
<b>Resultado antes dos impostos</b>	311.561	(128.364)	183.197
Imposto de renda	-	-	-
Contribuição social	-	-	-
<b>Resultado do exercício</b>	311.561	(128.364)	183.197

	Consolidado		
	31/12/2014	Ajustes	31/12/2014
	Apresentado		Reapresentado
	<b>anteriormente</b>		
<b>Receita</b>	395.342	129.748	525.090
Custos	(200.971)	(111.367)	(312.338)
<b>Lucro bruto</b>	194.371	18.381	212.752
Despesas administrativas	(6.621)	-	(6.621)
Outras receitas (despesas)	538	-	538
Resultado de equivalência patrimonial	20.019	-	20.019
Provisão para perdas	-	(146.745)	(146.745)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>	208.307	(128.364)	79.943
Receitas financeiras	114.814	-	114.814
Despesas financeiras	(942)	-	(942)
<b>Receitas financeiras líquidas</b>	113.872	-	113.872
<b>Resultado antes dos impostos</b>	322.179	(128.364)	193.815
Imposto de renda	(7.801)	-	(7.801)
Contribuição social	(2.817)	-	(2.817)
<b>Resultado do exercício</b>	311.561	(128.364)	183.197

**Notas Explicativas****Reapresentação da demonstração de resultados abrangentes**

	<b>Controladora</b>		
	<b>31/12/2014</b>	<b>Ajustes</b>	<b>31/12/2014</b>
	<b>Apresentado</b>		<b>Reapresentado</b>
			<b>antteriormente</b>
<b>Resultado do exercício</b>	311.561	(128.364)	183.197
<b>Outros resultados abrangentes</b>			
Varição no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(16.795)	-	(16.795)
Participação no resultado abrangente de coligada	(9.774)	-	(9.774)
	<u>284.992</u>	<u>(128.364)</u>	<u>156.628</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	5.710	-	5.710
<b>Resultado abrangente total</b>	<u>290.702</u>	<u>(128.364)</u>	<u>162.338</u>

	<b>Consolidado</b>		
	<b>31/12/2014</b>	<b>Ajustes</b>	<b>31/12/2014</b>
	<b>Apresentado</b>		<b>Reapresentado</b>
			<b>antteriormente</b>
<b>Resultado do exercício</b>	311.561	(128.364)	183.197
<b>Outros resultados abrangentes</b>			
Varição no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(16.795)	-	(16.795)
Participação no resultado abrangente de coligada	(9.774)	-	(9.774)
	<u>284.992</u>	<u>(128.364)</u>	<u>156.628</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	5.710	-	5.710
<b>Resultado abrangente total</b>	<u>290.702</u>	<u>(128.364)</u>	<u>162.338</u>

## Notas Explicativas



## Reapresentação da demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital Social	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Legal	Ações em tesouraria	Retenção de lucros			
Saldo em 01 de janeiro de 2014, como apresentado anteriormente	181.522	18.236	(5)	12.355	71.037	-	283.145
Impacto da retificação de erros (nota 18)	-	(18.236)	-	(12.355)	-	(85.362)	(115.953)
Saldo reapresentado em 01 de janeiro 2014 reapresentado	<u>181.522</u>	<u>-</u>	<u>(5)</u>	<u>-</u>	<u>71.037</u>	<u>(85.362)</u>	<u>167.192</u>
Aumento de capital	1.799.482	-	-	-	-	-	1.799.482
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	183.197	183.197
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(35.883)	(35.883)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(93.180)	(93.180)
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Variação no valor justo dos investimentos	-	-	-	-	(26.562)	-	(26.562)
Tributos sobre valor justo dos investimentos	-	-	-	-	5.710	-	5.710
Participação no resultado abrangente de coligada	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação para obrigações por repasses - PPP	123.476	-	-	-	-	-	123.476
Reclassificação para obrigações por repasses - Convênios	(1.052.328)	-	-	-	-	-	(1.052.328)
Saldo em 31 de dezembro de 2014, como apresentado anteriormente	1.052.152	33.814	(5)	179.275	50.185	-	1.315.421
Impacto da retificação de erros (nota 18)	-	(33.814)	-	(179.275)	-	(31.228)	(244.317)
Saldo reapresentado em 31 de dezembro 2014 reapresentado	<u>1.052.152</u>	<u>-</u>	<u>(5)</u>	<u>-</u>	<u>50.185</u>	<u>(31.228)</u>	<u>1.071.104</u>

## Reapresentação da demonstração dos fluxos de caixa

	CONTROLADORA		
	31/12/2014 Apresentado anteriormente	Ajustes	31/12/2014 Reapresentado
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>311.561</b>	<b>(128.364)</b>	<b>183.197</b>
<b>Ajustes para:</b>			
Redução ao valor recuperável	-	146.745	146.745
Atualização de títulos e valores mobiliários	(1.358)	(129.748)	(131.106)
Rendimento negativo de debêntures	241	111.367	111.608
	<b>333.548</b>	<b>-</b>	<b>333.548</b>
<b>Caixa gerado nas atividades operacionais</b>	<b>411.267</b>	<b>-</b>	<b>411.267</b>
<b>Fluxo de caixa decorrente (usado em) atividades de investimento</b>	<b>(3.049)</b>	<b>-</b>	<b>(3.049)</b>
<b>Caixa proveniente de (usado em) atividades de financiamento</b>	<b>(456.553)</b>	<b>-</b>	<b>(456.553)</b>
<b>Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(48.335)</b>	<b>-</b>	<b>(48.335)</b>

## Notas Explicativas



	CONSOLIDADA		
	31/12/2014 Apresentado anteriormente	Ajustes	31/12/2014 Reapresentado
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>311.561</b>	<b>(128.364)</b>	<b>183.197</b>
<b>Ajustes para:</b>			
Redução ao valor recuperável	-	146.745	146.745
Atualização de títulos e valores mobiliários	(1.361)	(129.748)	(131.109)
Rendimento negativo de debêntures	241	111.367	111.608
	<b>354.175</b>	<b>-</b>	<b>354.175</b>
<b>Caixa gerado nas atividades operacionais</b>	<b>411.264</b>	<b>-</b>	<b>411.264</b>
<b>Fluxo de caixa decorrente (usado em) atividades de investimento</b>	<b>(3.049)</b>	<b>-</b>	<b>(3.049)</b>
<b>Caixa proveniente de (usado em) atividades de financiamento</b>	<b>(456.550)</b>	<b>-</b>	<b>(456.550)</b>
<b>Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(48.335)</b>	<b>-</b>	<b>(48.335)</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	65.254	-	65.254
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	113.589	-	113.589
<b>Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(48.335)</b>	<b>-</b>	<b>(48.335)</b>

## Reapresentação da demonstração do valor adicionado

	CONTROLADORA		
	31/12/2014 Apresentado anteriormente	Ajustes	31/12/2014 Reapresentado
Receita de atualização de crédito	128.941	129.748	258.689
<b>Receitas</b>	<b>137.869</b>	<b>129.748</b>	<b>267.617</b>
Perda / Recuperação de valores ativos	-	(146.745)	(146.745)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(3.478)</b>	<b>(146.745)</b>	<b>(150.223)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>134.391</b>	<b>(16.997)</b>	<b>117.394</b>
<b>Valor adicionado líquido</b>	<b>134.334</b>	<b>(16.997)</b>	<b>117.337</b>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>518.273</b>	<b>(16.997)</b>	<b>501.276</b>
<b>Pessoal</b>	<b>4.791</b>	<b>-</b>	<b>4.791</b>
<b>Diretoria e conselhos</b>	<b>1.159</b>	<b>-</b>	<b>1.159</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>3.503</b>	<b>-</b>	<b>3.503</b>
Despesa financeira	191.781	111.367	303.148
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>197.259</b>	<b>111.367</b>	<b>308.626</b>
Retenção de lucros	179.275	(128.364)	50.911
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>311.561</b>	<b>(128.364)</b>	<b>183.197</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>518.273</b>	<b>(16.997)</b>	<b>501.276</b>

## Notas Explicativas



	CONSOLIDADO		
	31/12/2014 Apresentado anteriormente	Ajustes	31/12/2014 Reapresentado
Receita de atualização de crédito	128.941	129.748	258.689
<b>Receitas</b>	<b>137.869</b>	<b>129.748</b>	<b>267.617</b>
Perda / Recuperação de valores ativos	-	(146.745)	(146.745)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(3.808)</b>	<b>(146.745)</b>	<b>(150.553)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>134.061</b>	<b>(16.997)</b>	<b>117.064</b>
<b>Valor adicionado líquido</b>	<b>134.004</b>	<b>(16.997)</b>	<b>117.007</b>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>529.111</b>	<b>(16.997)</b>	<b>512.114</b>
<b>Pessoal</b>	<b>4.791</b>	-	<b>4.791</b>
<b>Diretoria e conselhos</b>	<b>1.341</b>	-	<b>1.341</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>14.159</b>	-	<b>14.159</b>
Despesa financeira	191.781	111.367	303.148
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>197.259</b>	<b>111.367</b>	<b>308.626</b>
Retenção de lucros	179.275	(128.364)	50.911
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>311.561</b>	<b>(128.364)</b>	<b>183.197</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>529.111</b>	<b>(16.997)</b>	<b>512.114</b>

#### 4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas, em detalhes, abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

##### a. Base de Consolidação

Controladas são as entidades em que a controladora, inclusive de forma indireta, é titular de direito de sócio que lhe garante a preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa.

A Companhia incluída nas demonstrações financeiras consolidadas é a EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., subsidiária integral da MGI, conforme detalhado na nota explicativa 1.

Na elaboração das informações intermediárias consolidadas foram utilizadas as informações intermediárias individuais da subsidiária integral (EMIP) na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Controladora.

Os principais procedimentos de consolidação incluem a soma horizontal das contas patrimoniais e de resultados da empresa incluída na consolidação, efetuando-se as seguintes eliminações:

- Dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Das participações societárias no patrimônio líquido das controladas e coligadas;
- Dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

## Notas Explicativas



### *b. Investimento em Coligada*

Coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não o controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% do poder votante da entidade.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo.

### *c. Instrumentos financeiros*

#### *i. Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que ocorreram. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro não é reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos, títulos e valores mobiliários e outros investimentos.

#### **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado estão representados por Direitos Creditórios Credit Suisse e Instrumentos Financeiros Derivativos (notas 8 e 9).

#### **Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

Caso a Companhia tenha a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, esses ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão representados por títulos e valores mobiliários (veja nota 7).

## Notas Explicativas



### **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis estão representados por caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes e outros créditos (veja notas 6 e 8).

### **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de renda fixa e CDBs com rentabilidade diária e sem carência para resgate, que estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e que são usados na quitação das obrigações de curto prazo.

#### *ii. Passivos financeiros não derivativos*

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um passivo financeiro é baixado quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou liquidada.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar, obrigações por repasse e debêntures.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

#### *iii. Capital social*

### **Ações ordinárias e preferenciais**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários. A companhia não possui ações preferenciais.

Os dividendos mínimos obrigatórios, quando devidos, são creditados durante o exercício de competência.

### **d. Imobilizado**

#### *i. Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

## Notas Explicativas



Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos como outras receitas (despesas) no resultado.

### *ii. Depreciação*

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual estimado.

A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas do imobilizado, já que esse método é o que mais se aproxima do padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

### *e. Ativos intangíveis*

#### *i. Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. Estes ativos estão representados por programas (*softwares*) não customizados adquiridos pela Companhia.

#### *ii. Amortização*

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais se aproxima do padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

### *f. Redução ao valor recuperável (impairment)*

#### *i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a

## Notas Explicativas



qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e reconhecida no resultado.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. O Grupo considera um declínio de 20% como significativo e o período de 9 meses como prolongado.

A Companhia possui os seguintes ativos com ajuste ao valor recuperável: Direitos Creditórios Autônomos, crédito junto a Góes Cohabita (operação de mútuo) decorrente de alienação de participação acionária no Banco Agrimisa (veja nota 8.d) e outros investimentos (ações da CEMIG e COPASA), conforme demonstrada na nota 13.a.

Em relação aos Direitos Creditórios Autônomos, a perda no valor recuperável é dada pelo montante provável de perda da carteira (Perda Estimada), decorrente de inadimplência ou de default, conforme estabelecido na nota explicativa 24.e.

### ***g. Provisões***

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados; quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e quando uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

### ***h. Receita operacional***

#### *i. Serviços*

A receita de prestação de serviços de administração de ativos recepcionados pelo EMG é reconhecida no resultado tendo como base o mês de emissão da nota fiscal, que ocorre semestralmente, conforme definido no contrato de prestação de serviço.

#### *ii. Recuperação de créditos e Direito de Créditos Autônomos*

As receitas de recuperação de créditos adquiridos pela Companhia junto aos bancos Bemge e Credireal, por se tratarem de créditos contingentes decorrentes de operações de crédito com qualidade deteriorada e, portanto, registrados como créditos em liquidação nas instituições financeiras de origem, são reconhecidas somente no momento do efetivo recebimento financeiro.

Os Direitos de Créditos Autônomos são atualizados de acordo com as legislações e resoluções fiscais, que definem a taxa Selic, aplicada sobre o montante inicial do parcelamento (juros simples), como a taxa de correção dos parcelamentos. Essa atualização é considerada parte da receita operacional da Companhia.

#### *iii. Receitas de participações acionárias*

As receitas de participações acionárias são representadas por dividendos e juros sobre o capital próprio decorrentes de investimentos registrados pelo valor justo ou custo histórico, quando aplicável.

As distribuições de dividendos recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

## Notas Explicativas



### *i. Receitas e despesas financeiras*

As receitas financeiras abrangem receitas de atualização de créditos tributários, aplicações em fundos e CDBs e rendimentos de títulos e valores mobiliários. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com variações negativas de ativos financeiros, encargos financeiros incidentes sobre passivos e despesas bancárias diversas.

### *j. Imposto de renda e contribuição social*

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente é reconhecida no resultado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, relacionados a ajustes de avaliação patrimonial de ativos mensurados pelo valor justo, são classificados como passivos fiscais diferidos, cuja variação encontra-se reconhecida em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

### *k. Informação por segmento*

A Administração entende haver apenas um segmento operacional, identificado a partir da maneira pela qual os processos são organizados dentro da Companhia para a tomada de decisões operacionais e para a avaliação de desempenho. As informações financeiras são divulgadas da mesma maneira e baseadas nas mesmas políticas como são reportadas internamente e utilizadas pelo principal gestor ou grupo de pessoas que tomam decisões sobre os recursos a serem alocados e avaliam o seu desempenho.

### *l. Demonstrações do valor adicionado*

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

### *m. Novas normas e interpretações ainda não adotadas*

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia, não planeja adotar estas normas de forma antecipadas.

#### **IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros)**

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e

## Notas Explicativas



*Mensuração*). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, inclui um novo modelo de perda estimada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a comercialização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com a adoção antecipada permitida.

### **IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)**

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S.GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir ou após 1º de janeiro de 2017, com a adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a estas normas. Adoção antecipada não é permitida.

## **5 Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros, como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

### **5.1 Mensuração**

#### **a. Investimentos em instrumentos patrimoniais**

O valor justo de instrumentos patrimoniais é apurado tendo como referência seus preços de fechamento na data de apresentação das informações financeiras e, se não há cotação de mercado, através de técnica de “valuation”. Técnicas de “valuation” aplicadas incluem múltiplos de mercado e fluxos de caixa descontados, usando fluxos de caixa esperados e uma taxa de desconto de mercado (veja nota 23.o).

#### **b. Direito Creditório – Credit Suisse**

O Direito Creditório destacado na nota explicativa 8.e refere-se ao empréstimo das ações da CEMIG ao Banco de Investimentos Credit Suisse e, por ser um instrumento financeiro, é reconhecido pelo valor justo, que é calculado com base nas cotações da CEMIG.

#### **c. Opções Flexíveis sobre ações**

As opções flexíveis sobre ações foram precificadas a valor justo, usando o Modelo Black & Scholes, conforme nota explicativa 9.

**Notas Explicativas****5.2 Divulgação****a. Direitos de Créditos Autônomos**

O valor justo da carteira é dado pela diferença entre a exposição da carteira no momento do default (EAD), Perda Estimada (PE) da carteira e o saldo da conta redutora (SCR), calculada conforme nota explicativa 24.e, somada à diferença entre o Valor Nominal (VN) da carteira e a EAD, conforme exposto abaixo:

Ano	Valor Nominal (VN)	EAD	Diferença (D=VN - EAD)	Perda Estimada	Saldo Conta Redutora	Valor Justo (EAD+D-PE-SCR)
2012	1.747.779	1.732.116	15.663	81.046	647.705	<b>1.019.028</b>
2013	1.617.806	1.705.363	(87.557)	256.514	494.836	<b>866.456</b>
2014	1.552.150	1.700.169	(148.019)	403.259	365.088	<b>783.803</b>
2015	1.475.198	1.715.616	(240.418)	577.550	254.702	<b>642.946</b>

**b. Debêntures Subordinadas**

As debêntures subordinadas são contabilizadas pelo custo amortizado, usando o método de juros efetivos, na medida em que a diferença entre o valor da emissão (R\$1.819.000) e o valor justo da carteira cedida em troca das debêntures, no reconhecimento inicial (R\$1.084.000), é tratada como encargo financeiro.

**c. Debêntures Seniores**

Em função do processo de coleta de propostas - “bookbuilding” - cuja contratação ocorreu com partes não relacionadas, o montante captado, de R\$316.000, foi considerado o valor justo desde o reconhecimento inicial das Debêntures Seniores.

**d. Debêntures de 5ª Emissão**

As debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 (“Oferta Restrita”), com intermediação de coordenadores, exclusivamente junto a Investidores Qualificados, no montante de R\$650.000, que foi considerado o valor justo desde o reconhecimento inicial.

**5.3 Transações que não afetaram o caixa**

Em 29 de abril de 2015, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, os acionistas deliberaram que o saldo remanescente do Lucro Líquido, foi destinado para o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$179.275, já em 30 de abril de 2015, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a Companhia na condição de acionista única da EMIP-Empresa Mineira de Parcerias S.A., abdicou do recebimento dos dividendos obrigatórios do exercício em 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$4.900, deliberando que fosse destinado para o aumento do capital social da Companhia. Essas transações não envolveram caixa, por isso, não está refletido na demonstração do fluxo de caixa.

## Notas Explicativas



## 6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	3	7	6	7
Aplicações financeiras	228.769	65.247	229.770	65.247
	<b>228.772</b>	<b>65.254</b>	<b>229.776</b>	<b>65.254</b>

As aplicações financeiras da Companhia e de sua subsidiária são de liquidez e rentabilidade diárias, representadas por fundos de renda fixa e fundos atrelados a depósitos interbancários com desempenho próximo à taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). Os Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”) são remunerados a aproximadamente 100% do CDI, podendo ser resgatados a qualquer tempo. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre Ba2 e Aaa, baseado na agência Moody’s.

## 7 Títulos e valores mobiliários

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Arcelor Mittal	a.	2.960	4.114	2.960	4.114
TDA	b.	-	154	-	154
Aplicações financeiras	c.	3.769	30.136	3.769	64.540
Aplicações financeiras vinculadas	d.	151.630	128.949	151.630	128.949
<b>Circulante</b>		<b>158.359</b>	<b>163.353</b>	<b>158.359</b>	<b>197.757</b>
Arcelor Mittal	a.	2.867	5.044	2.867	5.044
Aplicações financeiras vinculadas	d.	32.404	36.681	32.404	36.681
<b>Não Circulante</b>		<b>35.271</b>	<b>41.725</b>	<b>35.271</b>	<b>41.725</b>
<b>TOTAL</b>		<b>193.630</b>	<b>205.078</b>	<b>193.630</b>	<b>239.482</b>

Os títulos e valores mobiliários, da Companhia são classificados como mantidos até o vencimento e referem-se a:

- 54.914 debêntures de emissão da Belgo Mineira Participações Ind. Com. S.A. (incorporada pela ArcelorMittal), atualizadas por IGP-M, com pagamento de parcelas semestrais, cuja última parcela vencerá em 30 de dezembro de 2017.

Conforme mencionado na nota explicativa 1, a Companhia é detentora de títulos de créditos (créditos em liquidação) adquiridos por valores simbólicos, dado que esses créditos se encontravam totalmente provisionados nas respectivas instituições financeiras, portanto, reconhecidos com valores justos no momento inicial.

- 6.219 Títulos da Dívida Agrária – TDAE, recebidos em agosto/2010, por conta de liquidação de dívida, atualizados pela TR + 6% a.a., com resgate de juros em 1º de março de 2011 e resgate do principal e juros em quatro parcelas anuais a partir de 1º de março de 2012. A última parcela foi recebida em 02 de março de 2015.
- Valor referente ao rendimento de aplicação financeira da Companhia vinculada aos saldos das contas correntes destinadas aos pagamentos de convênios e das contraprestações em nome do Estado de Minas Gerais (EMG);
- Parte das aplicações financeiras está vinculada aos pagamentos das debêntures da segunda, da terceira e da quinta emissões. Essas contas foram abertas com a finalidade de atender às estruturas previstas nas respectivas escrituras. No escopo da terceira emissão, todos os

## Notas Explicativas



MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

recebimentos de parcelamentos tributários que compõem a carteira cedida à MGI são direcionados à Conta de Recebimento e, em seguida, são redirecionados para pagamento mensal da próxima parcela vincenda de juros e de amortização das debêntures (Conta de Pagamento), para uma conta garantidora das próximas seis parcelas vincendas (Conta de Serviço da Dívida) e, o saldo remanescente, para uma conta de livre movimentação da MGI, de modo que as contas vinculadas mantêm saldo suficiente para quitar as próximas sete parcelas vincendas das debêntures, projetadas pelo agente fiduciário. A MGI pode usar até 90% do saldo dessa conta de livre movimentação para amortizar as debêntures subordinadas (segunda emissão). A quinta emissão de debêntures, que reestruturou a 4ª emissão, cujos recursos captados foram destinados a programas sociais previstos no Plano Plurianual de Ação Governamental do EMG, tem como uma de suas garantias uma conta vinculada na qual são depositados todos os proventos relativos às ações CMIG4 alienadas e emprestadas.

## 8 Contas a receber de clientes e outros créditos

		31/12/2015	Controladora 31/12/2014 reapresentado	01/01/2014 reapresentado
JCP/Dividendos a receber - Parte Relacionada	a.	11.782	17.113	2.904
Valores a receber de clientes - Parte Relacionada	b.	102	54	120
Créditos a recuperar		15	15	14
Direitos de Créditos Autônomos	c.	140.311	183.172	395.913
<i>Floating</i> a creditar	c.i	5.370	-	-
Outras contas a receber EMIP - Parte Relacionada		101	48	-
<b>Circulante</b>		<b>157.681</b>	<b>200.402</b>	<b>398.951</b>
Direitos de Créditos Autônomos	c.	502.635	600.631	470.543
Contas a receber do EMG	c.i	31.369	-	-
Valor a Receber do Estado - PPP's		-	-	-
Créditos a receber - Goes Cohabita	d.	5.105	5.105	5.105
Prov. para perdas de créditos a receber	d.	(5.105)	(5.105)	(5.105)
Direitos Crêditórios - Credit Suisse	e.	420.413	-	-
<b>Não Circulante</b>		<b>954.417</b>	<b>600.631</b>	<b>470.543</b>
<b>Total a receber de todos os créditos</b>		<b>1.112.098</b>	<b>801.033</b>	<b>869.494</b>

		31/12/2015	Consolidado 31/12/2014 reapresentado	01/01/2014 reapresentado
JCP/Dividendos a receber	a.	10.626	12.213	-
Valores a receber de clientes	b.	102	54	120
Créditos a recuperar		15	15	14
Direitos de Créditos Autônomos	c.	140.311	183.172	395.913
<i>Floating</i> a creditar	c.i	5.370	-	-
Outras contas a receber		-	-	-
<b>Circulante</b>		<b>156.424</b>	<b>195.454</b>	<b>396.047</b>
Direitos de Créditos Autônomos	c.	502.635	600.631	470.543
Contas a receber do EMG	c.i	31.369	-	-
Valor a Receber do Estado - PPP's		40.743	-	-
Créditos a receber - Goes Cohabita	d.	5.105	5.105	5.105
Prov. para perdas de créditos a receber	d.	(5.105)	(5.105)	(5.105)
Direitos Crêditórios - Credit Suisse	e.	420.413	-	-
<b>Não Circulante</b>		<b>995.160</b>	<b>600.631</b>	<b>470.543</b>
<b>Total a receber de todos os créditos</b>		<b>1.151.584</b>	<b>796.085</b>	<b>866.590</b>

- Os dividendos e juros sobre o capital próprio a receber decorrem de investimentos da Companhia, em participação acionária, na Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, somando o valor líquido de R\$ 10.617, e em outras participações, que somam o valor de R\$ 9. Parte dos dividendos e JSCP da CEMIG recebidos em 2015 está alienada fiduciariamente como garantia real das obrigações assumidas na Escritura Particular de 5ª Emissão de Debêntures Simples. (Vide nota 1).
- A Companhia possui com o EMG contrato de prestação de serviços firmado junto à Secretaria de Estado de Fazenda (“SEF”).
- Direitos de Créditos Autônomos - Em 24 de julho de 2012, a Companhia firmou com o EMG contrato de cessão e aquisição de Direitos de Crédito Autônomos, tendo como intervenientes e anuentes o Itaú Unibanco S/A, a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais e a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais, que são livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios e preferências decorrentes da propriedade de referidos Direitos de Crédito Autônomos, observados os termos, condições e restrições estabelecidos neste Contrato de Cessão Onerosa e na Lei nº 19.266/10.

**Notas Explicativas**

O valor nominal adquirido foi de R\$1.819.000, contudo, devido à natureza e à composição do total de créditos cedidos, no momento da transferência dos créditos, a Companhia apurou um valor de R\$1.821.160, sendo que a diferença de R\$2.160 é objeto de ajuste entre o EMG e a Companhia, conforme o primeiro aditamento ao contrato de cessão. Esta diferença teve como contrapartida a rubrica de obrigações por repasse (vide nota explicativa 15).

Direitos de Créditos Autônomos estão em conformidade com as informações prestadas pela SEF na data base de 31 de dezembro de 2015.

As parcelas a receber estão classificadas em circulante e não circulante, conforme demonstrado a seguir:

	saldo em 01/01/2014 reapresentado	Movimentação	Renegociação	Varição AVJ e impairment	Atualização monetária	Recebimentos	Contas a receber do EMG	Saldo em 31/12/2014 reapresentado
Circulante	395.913	(39.187)	-	-	21.043	(194.597)	-	183.172
Não Circulante	1.309.450	39.187	60.462	-	107.898	-	-	1.516.997
Ajuste a valor justo	(494.836)	-	-	129.748	-	-	-	(365.088)
Impairment acumulado	(344.071)	-	(60.462)	(146.745)	-	-	-	(551.278)
<b>Totais</b>	<b>866.456</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>- 16.997</b>	<b>128.941</b>	<b>(194.597)</b>	<b>-</b>	<b>783.803</b>

	saldo em 31/12/2014 reapresentado	Movimentação	Renegociação	Varição AVJ e impairment	Atualização monetária	Recebimentos	Contas a receber do EMG	Saldo em 31/12/2015
Circulante	183.172	117.368	-	-	15.225	(170.084)	(5.370)	140.311
Não Circulante	1.516.997	(117.368)	92.399	-	114.646	-	(31.369)	1.575.305
Ajuste a valor justo	(365.088)	-	-	110.386	-	-	-	(254.702)
Impairment acumulado	(551.278)	-	(92.399)	(174.291)	-	-	-	(817.968)
<b>Totais</b>	<b>783.803</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(63.905)</b>	<b>129.871</b>	<b>(170.084)</b>	<b>(36.739)</b>	<b>642.946</b>

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgadas na nota explicativa 24.o.

A segregação da composição da conta dos Direitos de Créditos Autônomos não rompidos, conforme prazo de realização, está demonstrada abaixo:

**CARTEIRA DE RECEBÍVEIS**

<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>SALDO DEVEDOR</b>
Vencidos mas não rompidos	3.876
Até 12 meses	136.435
de 12 a 24 meses	112.382
de 24 a 36 meses	108.488
de 36 a 48 meses	104.619
de 48 a 60 meses	77.924
Após 60 meses	178.430
Total do valor nominal atualizado	722.154
Direitos Creditórios Rompidos (1)	993.462
Ajustes a valor justo (2)	(254.702)
Impairment acumulado (3)	(817.968)
<b>Total</b>	<b>642.946</b>

(1) Refere-se a créditos vencidos e não recebidos cuja inadimplência supera noventa dias, considerados rompidos pelas normas do parcelamento.

(2) Refere-se ao custo de transação da carteira, dado pela diferença entre o custo de aquisição da carteira e seu valor justo no reconhecimento inicial, e é contabilizado pelo custo amortizado, usando o método dos juros efetivos.

## Notas Explicativas



(3) Diferença entre o valor contábil e o valor justo da carteira, em 31/12/2015.

- c.i. As contas a receber do EMG, no valor de R\$31.369, referem-se a parcelas de direitos creditórios pagas pelo contribuinte diretamente ao Estado de Minas Gerais, ainda não repassadas à Companhia. Esses valores foram contabilizados no ativo não circulante, pois serão objeto de encontro de contas por ocasião da quitação das debêntures subordinadas. O valor de R\$5.370 contabilizado no ativo circulante refere-se a boletos pagos nos dois últimos dias úteis do exercício, a serem creditados à Companhia nos dois primeiros dias úteis do exercício subsequente (D+2).
- d. A Companhia possui créditos ajuizados decorrentes de contrato de mútuo celebrado com a Góes Cohabita Participações Ltda. em março de 1989, por ocasião da alienação da participação acionária no Banco Agrimisa S.A. Em decorrência da execução judicial e da incerteza jurídica de sua realização, o Conselho de Administração da Companhia deliberou, em 20 de junho de 2002, pela provisão da perda total do crédito, cenário que permanece inalterado.
- e. Direitos Creditórios do Empréstimo de Ações, relativos a 68.582.845 ações CMIG4, correspondentes à obrigação assumida pelo Banco de Investimentos Credit Suisse de devolvê-las, conforme definido no Contrato de Empréstimo de Ações (Vide nota 9).

## 9 Instrumentos financeiros de opções flexíveis de ações

No escopo da repactuação da 4ª Emissão de Debêntures, por meio da 5ª Emissão de Debêntures, as garantias dadas aos debenturistas foram reestruturadas. Além do empréstimo de 68.582.845 ações CMIG4, a nova estrutura contemplou a celebração de operações de opções flexíveis sobre ações, do tipo europeias, cujo preço de liquidação é dado pela média aritmética simples dos preços médios de fechamento da CMIG4 (opções asiáticas). A tabela abaixo mostra as opções de venda, de titularidade da Companhia, e as opções de compra, lançadas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2015:

Data de Vencimento	Opções de Venda			Opções de Compra		
	Titular	Quantidade	Preço de Exercício (R\$)	Titular	Quantidade	Preço de Exercício (R\$)
12/07/2019	MGI	3.609.623	7,35	Credit Suisse	3.609.623	15,00
13/01/2020	MGI	3.609.623	7,35	Credit Suisse	3.609.623	15,00
13/07/2020	MGI	3.609.623	7,35	Credit Suisse	3.609.623	15,00
12/01/2021	MGI	3.609.623	7,35	Credit Suisse	3.609.623	15,00
12/07/2021	MGI	3.609.623	7,35	Credit Suisse	3.609.623	15,00
12/01/2022	MGI	3.609.623	7,35	Credit Suisse	3.609.623	15,00
12/07/2022	MGI	3.609.623	7,35	Credit Suisse	3.609.623	15,00
12/01/2023	MGI	3.609.623	7,35	Credit Suisse	3.609.623	15,00
12/07/2023	MGI	3.609.623	7,35	Credit Suisse	3.609.623	15,00
12/01/2024	MGI	3.609.623	7,35	Credit Suisse	3.609.623	15,00
12/07/2024	MGI	3.609.623	7,35	Credit Suisse	3.609.623	15,00
13/01/2025	MGI	3.609.623	7,35	Credit Suisse	3.609.623	15,00
14/07/2025	MGI	3.609.623	7,35	Credit Suisse	3.609.623	15,00
12/01/2026	MGI	3.609.623	7,35	Credit Suisse	3.609.623	15,00
13/07/2026	MGI	3.609.623	7,35	Credit Suisse	3.609.623	15,00
12/01/2027	MGI	3.609.623	7,35	Credit Suisse	3.609.623	15,00
12/07/2027	MGI	3.609.623	7,35	Credit Suisse	3.609.623	15,00
12/01/2028	MGI	3.609.623	7,35	Credit Suisse	3.609.623	15,00
12/07/2028	MGI	3.609.631	7,35	Credit Suisse	3.609.631	15,00
<b>TOTAL</b>		<b>68.582.845</b>			<b>68.582.845</b>	

## Notas Explicativas



O somatório dos prêmios referentes às opções de venda é equivalente ao somatório dos prêmios referentes às opções de compra, de modo que não houve pagamentos, nem recebimentos, relativos a essas opções.

As opções de venda correspondem a um ativo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja inferior ao preço de exercício, a Companhia receberá a diferença positiva entre o preço de exercício e o preço de liquidação, multiplicada pela quantidade de opções correspondente. As opções de compra, por sua vez, correspondem a um passivo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja superior ao preço de exercício, a Companhia pagará a diferença positiva entre o preço de liquidação e o preço de exercício, multiplicada pela quantidade de opções correspondente.

O modelo usado na apuração do valor justo dessas opções foi o Modelo Black & Scholes, ajustado para ações que pagam dividendos:

$$p = Xe^{-rT}N(-d_2) - SN(-d_1)e^{-qT}$$

$$c = SN(d_1)e^{-qT} - Xe^{-rT}N(d_2)$$

$$d_1 = \frac{\ln\left(\frac{S}{X}\right) + \left(r + \frac{\sigma^2}{2}\right)T}{\sigma\sqrt{T}} \quad d_2 = d_1 - \sigma\sqrt{T}$$

Em que:

p: valor da opção de venda

c: valor da opção de compra

S: média aritmética simples dos preços médios de fechamento da CMIG4 nos 10 pregões anteriores a 31/12/2015

X: preço de exercício de cada opção

r: taxa de juros livre de risco, em base anual, com capitalização contínua – fonte: curva dos DI's futuros disponibilizada pela BMF&Bovespa

q: razão entre os dividendos pagos anualmente e o preço da ação

T: tempo para o vencimento da opção, expresso em anos

$\sigma$ : volatilidade do preço da ação, expressa ao ano

N: função de distribuição normal acumulada

Considerou-se os seguintes parâmetros no cálculo:

## Notas Explicativas



Data de Vencimento	Volatilidade ( $\sigma$ )	Taxa de juros (r)
12/07/2019	44,41%	15,45%
13/01/2020	41,22%	15,43%
13/07/2020	41,22%	15,40%
12/01/2021	38,97%	15,38%
12/07/2021	38,97%	15,33%
12/01/2022	37,71%	15,30%
12/07/2022	37,71%	15,31%
12/01/2023	38,97%	15,32%
12/07/2023	38,97%	15,28%
12/01/2024	38,97%	15,26%
12/07/2024	38,97%	15,30%
13/01/2025	38,97%	15,33%
14/07/2025	38,97%	15,31%
12/01/2026	38,97%	15,29%
13/07/2026	38,97%	15,31%
12/01/2027	38,97%	15,32%
12/07/2027	38,97%	15,32%
12/01/2028	38,97%	15,32%
12/07/2028	38,97%	15,32%

O modelo Black & Scholes foi escolhido devido a sua facilidade de aplicação e entendimento, na medida em que a maioria dos parâmetros podem ser diretamente observados no mercado. A primeira parte da equação de compra – SN(d1) – representa o preço de liquidação esperado em cada data de vencimento de cada opção, trazido a valor presente; a segunda parte, representa o valor esperado do preço de exercício, também trazido a valor presente. Considera-se que o preço da ação segue uma distribuição lognormal acumulada. O valor justo da opção de compra é a diferença entre as duas partes (preço de liquidação e preço de exercício). O cálculo do valor justo das opções de venda é análogo, mas considera a diferença entre preço de exercício e preço de liquidação, dado que a opção de venda só será exercida se seu preço de exercício for superior ao preço de liquidação. Abaixo, os resultados encontrados:

Data de Vencimento	Opções de Venda			Opções de Compra		
	Valor justo unitário	Quantidade (em milhares)	Valor Justo Total (em milhares de reais)	Valor justo unitário	Quantidade (em milhares)	Valor Justo Total (em milhares de reais)
12/07/2019	1,1119	3.610	4.013	0,8615	3.610	3.110
13/01/2020	0,9562	3.610	3.452	0,8945	3.610	3.229
13/07/2020	0,9027	3.610	3.258	1,0358	3.610	3.739
12/01/2021	0,7823	3.610	2.824	1,0714	3.610	3.867
12/07/2021	0,7357	3.610	2.656	1,1887	3.610	4.291
12/01/2022	0,6541	3.610	2.361	1,2434	3.610	4.488
12/07/2022	0,6091	3.610	2.199	1,3454	3.610	4.856
12/01/2023	0,5991	3.610	2.163	1,4940	3.610	5.393
12/07/2023	0,5614	3.610	2.027	1,5734	3.610	5.679
12/01/2024	0,5245	3.610	1.893	1,6459	3.610	5.941
12/07/2024	0,4848	3.610	1.750	1,7155	3.610	6.192
13/01/2025	0,4481	3.610	1.617	1,7768	3.610	6.414
14/07/2025	0,4179	3.610	1.508	1,8249	3.610	6.587
12/01/2026	0,3901	3.610	1.408	1,8653	3.610	6.733
13/07/2026	0,3612	3.610	1.304	1,9031	3.610	6.869
12/01/2027	0,3348	3.610	1.208	1,9340	3.610	6.981
12/07/2027	0,3109	3.610	1.122	1,9580	3.610	7.068
12/01/2028	0,2883	3.610	1.041	1,9771	3.610	7.136
12/07/2028	0,2675	3.610	966	1,9910	3.610	7.187
TOTAL			38.770			105.761

**Notas Explicativas****10 Tributos**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Tributos a recuperar de IRPJ/CSLL	a. 22.949	3.530	22.949	3.530
Imposto de Renda e Contribuição Social - estimativa	b. -	5.349	219	5.349
Tributos retidos	c. 11.436	17.601	12.580	19.165
Outros Tributos a Recuperar	-	1	-	1
<b>Total</b>	<b>34.385</b>	<b>26.481</b>	<b>35.748</b>	<b>28.045</b>

**a. Tributos a recuperar**

Refere-se ao pagamento a maior de Pis, Cofins, Imposto de Renda e Contribuição Social em anos anteriores, devidamente atualizados pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, conforme legislação vigente. O saldo remanescente será compensado à medida que novos impostos a recolher forem apurados.

**b. Tributos estimados**

A Companhia e sua subsidiária integral – EMIP, optaram pelo pagamento por estimativa de Imposto de Renda e Contribuição Social no exercício de 2015, devendo apurar o Lucro real em dezembro de 2015.

**c. Tributos retidos**

Valor do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre as aplicações financeiras, recebimento de Debêntures e JSCP.

**11 Depósitos judiciais**

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Cível	a. 3.178	3.237	3.178	3.237
Tributária	583	583	583	583
<b>Total</b>	<b>3.761</b>	<b>3.820</b>	<b>3.761</b>	<b>3.820</b>

- a. Depósitos judiciais para garantia de execução de operações de crédito (Créditos em Liquidação) e depósitos, arrestos e bloqueios judiciais (“penhoras *on-line*”) sobre contas correntes e aplicações financeiras da Companhia para garantias de honorários de sucumbência;

**12 Investimentos****Mutação dos investimentos:**

**Notas Explicativas**

	<u>Coligada</u>	<u>Controlada</u>	<u>TOTAL</u>
	<u>Helibrás</u>	<u>EMIP</u>	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	10.244	42.367	52.611
Participação no resultado abrangente da coligada	(26.653)	-	(26.653)
Equivalência patrimonial - Parte Relacionada	19.470	4.866	24.336
Participação no resultado do exercício	15.234	4.866	20.100
Efeito de diluição na participação de coligadas	4.236	-	4.236
Reversão dividendos a pagar	-	4.900	4.900
Dividendos obrigatórios distribuídos	-	(1.156)	(1.156)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>3.061</b>	<b>50.977</b>	<b>54.038</b>

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras da coligada/controlada:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
	<u>Helibras</u>	<u>Helibras</u>	<u>Emip</u>	<u>Emip</u>
Ativo circulante	1.220.192	934.977	12.265	47.617
Ativo não circulante	406.347	289.569	40.745	-
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.626.539</b>	<b>1.224.546</b>	<b>53.010</b>	<b>47.617</b>
Passivo circulante	1.083.237	558.861	2.033	5.251
Passivo não circulante	510.809	583.415	-	-
Patrimônio Líquido	32.493	82.270	50.977	42.366
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.626.539</b>	<b>1.224.546</b>	<b>53.010</b>	<b>47.617</b>
Receita líquida	581.575	671.303	1.061	-
Resultado do período/exercício	(35.902)	(20.989)	4.867	20.630

**12.1 Helicópteros do Brasil S.A. – HELIBRÁS S.A.**

A Companhia possui participação acionária na Helibrás correspondente a 9,42% do Capital Social e a 25% do Capital votante. Essa participação encontra-se classificada como investimento em coligada, em conformidade com CPC 18 e art. 243 da Lei 6.404/76 (redação dada pela Lei 11.941/09), uma vez que a Companhia detém 25% de ações ordinárias com direito a voto e possui representante no Conselho de Administração.

**12.2 EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A.**

A Companhia tem participação em 100% do Capital Social da EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A. (subsidiária integral), o quadro abaixo apresenta a relação de pagamentos de contraprestações efetuadas pela EMIP em nome do Estado aos parceiros privados.

A EMIP foi constituída inicialmente com um capital social de R\$533.274, totalmente subscrito e integralizado pela MGI. Em 2013, parte do seu capital, correspondente a R\$530.516, foi reclassificado para “Obrigações por Repasses” tendo esses recursos a destinação de realizar os pagamentos das contraprestações, efetuadas pela EMIP em nome do Estado aos parceiros privados, das Parcerias Público-Privadas – Minas Arena, Gestores Prisionais Associados e Minas Cidadão Centrais de Atendimento.

**Notas Explicativas**

Parcerias Público-Privadas	31/12/2014	movimentação	31/12/2015
	saldo inicial	adições	saldo final
Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A	136.809	137.521	274.330
Gestores Prisionais Associados S/A - GPA	81.658	99.466	181.124
Minas Cidadão Centrais de Atendimento S.A	21.341	25.448	46.789
	<b>239.808</b>	<b>262.435</b>	<b>502.243</b>

Para fins de apresentação, os saldos relacionados a essa transação estão apresentados líquidos, conforme CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. No quadro abaixo segue o sumário da operação.

	31/12/2015	ajuste	31/12/2015 divulgado
<b>ATIVO</b>			
Contas a receber de clientes - EMG	502.243	(461.500)	40.743
Impacto no Ativo Total	514.510	(461.500)	53.010
<b>PASSIVO</b>			
Obrigações por repasse - PPP	461.500	(461.500)	-
Impacto no Passivo Total e PL	514.510	(461.500)	53.010

**12.3 Impacto no Investimento da MGI**

Com base nos itens acima mencionados, o investimento da MGI sobre a EMIP deve ser apresentado da seguinte forma:

	31/12/2015	ajuste	31/12/2015 divulgado	31/12/2014 divulgado
<b>ATIVO</b>				
Investimento em Coligada	515.538	(461.500)	54.038	52.611
Impacto no Ativo Total	2.200.863	(461.500)	1.739.363	2.201.069
<b>PASSIVO</b>				
Capital Social	1.802.526	(461.500)	1.341.026	1.052.152
Impacto no Passivo Total e PL	2.200.863	(461.500)	1.739.363	2.201.069

Os efeitos dos procedimentos de reclassificação efetuados no balanço da MGI não afetam o Capital Social e a quantidade de ações da MGI que o Estado de Minas Gerais detém. Os mesmos foram realizados para atendimento das normas contábeis brasileiras.

**13 Outros investimentos**

		Controladora e Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014
Participações ao valor justo	a.	63.697	1.036.472
Participações ao custo de aquisição	b.	9.934	9.934
<b>TOTAL</b>		<b>73.631</b>	<b>1.046.406</b>

**a. Participações ao valor justo**

Os valores justos dos investimentos da Companhia em instrumentos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 estão representados por 10.000.000 ações preferenciais da Cemig e 154.640 ações ordinárias

**Notas Explicativas**

da Copasa, e são apurados por referência aos seus preços de fechamento na data base das demonstrações financeiras, classificados no nível 1 – mercado ativo – preço cotado (veja nota 24.p).

**a.1 Segregação das ações da CEMIG**

- a. Em 28 de fevereiro de 2014, o acionista controlador, Estado de Minas Gerais, aumentou o Capital Social da Companhia por meio de transferência de 65.965.387 ações preferenciais, totalizando R\$870.743. Com este aporte de ações, adicionado a 3.034.613 ações preferenciais já pertencentes a MGI, foi constituída a garantia real 69.000.000 ações preferencias, para a emissão de 650 debêntures, conforme Escritura Particular de 4ª Emissão de Debêntures Simples (vide nota 1). Durante o ano de 2015, a Companhia efetuou aportes no valor total de R\$439.550 como reforço voluntário de garantia, visando assegurar o Índice de Cobertura. Ao longo do exercício, foi desvinculado da aplicação o montante de R\$312.960. Esse IC está destacado conforme nota 14.c

	<b>Quantidade de ações</b>	
	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
CEMIG- bloqueadas	10.000.000	78.582.845
CEMIG- emprestadas	68.582.845	-
<b>TOTAL</b>	<b>78.582.845</b>	<b>78.582.845</b>

Os investimentos em instrumentos patrimoniais apresentaram a seguinte movimentação:

	<b>Controladora e Consolidado</b>		
	<b>Cemig</b>	<b>Copasa</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>1.032.579</b>	<b>3.893</b>	<b>1.036.472</b>
Varição nos investimentos	(550.866)	(1.496)	(552.362)
Ações emprestadas Credit Suisse	(420.413)	-	(420.413)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>61.300</b>	<b>2.397</b>	<b>63.697</b>

Em 26 de agosto de 2015, no contexto da repactuação da 4ª Emissão de Debêntures, conforme descrito na nota 14.c, a Companhia firmou Contrato de Empréstimo de Ações, visando o aluguel de 68.582.845 ações para o Banco de Investimentos Credit Suisse.

Portanto, das 78.582.845 ações que faziam parte do investimento da companhia em 31 de dezembro de 2015, 68.582.845 encontram-se emprestadas em 31 de dezembro de 2015, o que corresponde a 87% do total de ações. (vide nota 8.e)

Os ganhos e perdas referentes à variação líquida dos ativos financeiros acima foram reconhecidos em outros resultados abrangentes e reconhecidos diretamente no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial).

A Administração da MGI, baseando-se nas Normas Contábeis – NBC TG 38 (R3) – Instrumentos Financeiros – decidiu por efetuar em 31/12/2015, o Impairment de 65.965.387 ações da CEMIG e na Copasa em 154.640 ações, lançado no resultado abrangente conforme destacado no quadro abaixo:

Ações	Quantidade	Custo Unitário	Custo Total	Cotação em 31/12/2015	Redução do Valor Recuperável unitário	Redução do Valor Recuperável total
CEMIG	65.965.387	R\$ 13,20	870.743	R\$ 6,13	R\$ 7,07	466.375
COPASA	154.640	R\$ 25,18	3.894	R\$ 12,45	R\$ 10,22	1.580
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-	-	467.955

Os investimentos em títulos e valores patrimoniais são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, conforme nota explicativa 24.q.

**Notas Explicativas****b. Participações ao custo de aquisição**

Os investimentos da Companhia, em instrumentos patrimoniais abaixo foram mensurados pelo valor de custo dada a inexistência de informações disponíveis e confiáveis sobre os valores justos dos ativos.

Esses investimentos estão representados por grande parte de 71.195 ações preferenciais e 45 ações ordinárias de cada uma das Companhias listadas abaixo:

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Gerdau Açominas S.A.	4.376	4.376
Gerdau Aços Longos S.A.	4.000	4.000
Gerdau América do Sul Participações S.A.	876	876
Gerdau Aços Especiais S.A.	574	574
Outros	108	108
<b>TOTAIS</b>	<b>9.934</b>	<b>9.934</b>

**14 Debêntures**

Os saldos devedores das Debêntures em 31 de dezembro de 2015 estão assim evidenciados:

<b>CONTROLADORA E CONSOLIDADO</b>							
<b>Tipo</b>	<b>Saldo em 01/01/2014 reapresentado</b>	<b>Emissão</b>	<b>Movimentação</b>	<b>Atualização</b>	<b>Amortização juros</b>	<b>Amortização principal</b>	<b>Saldo em 31/12/2014</b>
<b>Debêntures Subordinadas (a)</b>							
Parte Relacionada							
Passivo circulante	267.578	-	462.606	112.429	(162.493)	(674.622)	5.498
Passivo não circulante	1.244.306	-	(462.606)	-	-	-	781.700
Custo amortizado	(635.397)	-	111.367	-	-	-	(524.030)
<b>Total</b>	<b>876.487</b>	<b>-</b>	<b>111.367</b>	<b>112.429</b>	<b>- 162.493,00</b>	<b>- 674.622,00</b>	<b>263.168</b>
<b>Debêntures Seniores (b)</b>							
Passivo circulante	228.441	-	(77.380)	23.194	(23.310)	(97.916)	53.029
Passivo não circulante	-	-	77.380	-	-	-	77.380
<b>Total</b>	<b>228.441</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>23.194</b>	<b>(23.310)</b>	<b>(97.916)</b>	<b>130.409</b>
<b>Debêntures 4ª emissão (c)</b>							
Passivo circulante	-	-	(639)	55.216	(9.924)	235	44.888
Passivo não circulante	-	642.736	639	-	-	-	643.375
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>642.736</b>	<b>-</b>	<b>55.216</b>	<b>(9.924)</b>	<b>235</b>	<b>688.263</b>
<b>TOTAL DE DEBÊNTURES</b>	<b>1.104.928</b>	<b>642.736</b>	<b>111.367</b>	<b>190.839</b>	<b>(195.727)</b>	<b>(772.303)</b>	<b>1.081.840</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>496.019</b>	<b>-</b>	<b>384.587</b>	<b>190.839</b>	<b>(195.727)</b>	<b>(772.303)</b>	<b>103.415</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>608.909</b>	<b>642.736</b>	<b>(273.220)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>978.425</b>

## Notas Explicativas



## CONTROLADORA E CONSOLIDADO

Tipo	Saldo em 31/12/2014 reapresentado	Emissão	Movimentação	Atualização	Amortização juros	Amortização principal	Saldo em 31/12/2015
<b>Debêntures Subordinadas (a)</b>							
Parte Relacionada							
Passivo circulante	5.498	-	-	87.685	-	-	93.183
Passivo não circulante	781.700	-	-	-	-	-	781.700
Custo amortizado	(524.030)	-	40.604	-	-	-	(483.426)
<b>Total</b>	<b>263.168</b>	<b>-</b>	<b>40.604</b>	<b>87.685</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>391.457</b>
<b>Debêntures Seniores (b)</b>							
Passivo circulante	53.029	-	48.908	16.679	(16.702)	(52.954)	48.960
Passivo não circulante	77.380	-	(48.908)	-	-	-	28.472
<b>Total</b>	<b>130.409</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16.679</b>	<b>(16.702)</b>	<b>(52.954)</b>	<b>77.432</b>
<b>Debêntures 4ª emissão (c)</b>							
Passivo circulante	44.888	-	643.375	95.648	(140.940)	(642.971)	-
Passivo não circulante	643.375	-	(643.375)	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>688.263</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>95.648</b>	<b>(140.940)</b>	<b>(642.971)</b>	<b>-</b>
<b>Debêntures 5ª emissão (d)</b>							
Passivo circulante	-	-	(405)	10.096	-	-	9.691
Passivo não circulante	-	643.682	-	-	-	-	643.682
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>643.682</b>	<b>(405)</b>	<b>10.096</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>653.373</b>
<b>TOTAL DE DEBÊNTURES</b>	<b>1.081.840</b>	<b>643.682</b>	<b>40.199</b>	<b>210.108</b>	<b>(157.642)</b>	<b>(695.925)</b>	<b>1.122.262</b>
Passivo circulante	103.415	-	691.878	210.108	(157.642)	(695.925)	151.834
Passivo não circulante	978.425	643.682	(651.679)	-	-	-	970.428

## a) Debêntures de 2ª Emissão – Subordinadas

Em 24 de Julho de 2012, a Companhia emitiu 181.900 debêntures da espécie subordinada, no valor total de R\$1.819.000, com vencimento em dez anos, atualizadas por 85% da taxa DI. Todas as debêntures foram subscritas pelo EMG e usadas para realizar o pagamento da cessão dos Direitos de Crédito Autônomos à Companhia.

O prazo de amortização das Debêntures Subordinadas é de 10 anos - o vencimento final ocorrerá em 24 de julho de 2022; entretanto, pode ser feita amortização extraordinária, a critério da Emissora, condicionada a 90% do volume excedente dos recebíveis dos direitos de crédito autônomos, após pagamentos das obrigações da Debêntures Seniores.

Desde que as Debêntures Seniores estejam integralmente amortizadas ou resgatadas, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, promover o resgate antecipado da totalidade das Debêntures Subordinadas, que será calculado pelo valor devido até a data do resgate (valor nominal das debêntures, acrescido de juros), somado ao prêmio, definido como a diferença positiva entre o saldo dos direitos de crédito autônomos e o valor devido.

O resgate antecipado facultativo total poderá ocorrer mediante a dação em pagamento do saldo dos Direitos de Crédito Autônomos, definido como a diferença entre a totalidade dos direitos creditórios cedidos e o valor correspondente dos direitos creditórios pagos até a data do resgate antecipado. Portanto, os parcelamentos classificados como “Rompidos”, ou seja, aqueles cuja inadimplência supera noventa dias, nos relatórios enviados mensalmente pela SEF, poderão ser usados no pagamento do resgate antecipado facultativo. Não há nenhuma cláusula restritiva para as Debêntures Subordinadas.

## Notas Explicativas



### b) Debêntures de 3ª Emissão - Seniores

Em 30 de agosto de 2012, foram emitidas 31.600 debêntures seniores, no valor total de R\$316.000, não conversíveis em ações, remuneradas pela taxa DI + 3,25% a.a., da espécie com garantia real, dada pelos Direitos de Crédito Autônomos cedidos a título oneroso pelo EMG. Estão previstos pagamentos mensais de juros e de amortizações - havia carência de seis meses para início das amortizações, que começaram a ocorrer em 30 de março de 2013 -, com vencimento final previsto para 30 de agosto de 2017. A integralização e a subscrição ocorreram em 10 de setembro de 2012, pelo total de R\$316.777, sendo a diferença atribuída à correção pelos mesmos parâmetros de remuneração, desde a emissão até a data de integralização.

Os custos operacionais para a captação dos recursos foram suportados pelas debêntures da terceira-emissão, por ter sido a única a ser ofertada no mercado primário, originando a totalidade dos recursos de caixa da operação.

Para a estimativa do Impacto dos Custos de transação no resultado do exercício e da Taxa Interna de Retorno (TIR), foram considerados os índices dos Depósitos Interbancários (DI)'s conhecidos até 31 de dezembro de 2015 e repetindo-se o último para as datas subsequentes. A TIR foi calculada sobre o fluxo de caixa mensal estimado, transformada em equivalência ao ano.

Impacto dos Custos de Transação nas DRE's	
Debêntures	Debêntures 3ª Emissão
Taxa Interna de Retorno (TIR a.a.)	12,49%
2012	1.247
2013	2.861
2014	1.960
2015	1.366
2016	703
2017	158
<b>Total</b>	<b>8.295</b>

A escritura pública da terceira Emissão de Debêntures Seniores contém cláusulas restritivas ("covenants"), que consistem no Índice de Cobertura ("IC") e no Índice de Garantia Real ("IGR"), ambos apurados mensalmente pelo agente fiduciário da Terceira Emissão. O IC é dado pelo quociente entre: (i) os recebimentos dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos à companhia no mês; e (ii) a soma das obrigações pagas ou devidas no mês (juros e amortização), não podendo ser inferior a 1,8.

O IGR é dado pelo quociente entre: (i) o somatório dos direitos de crédito autônomos vincendos até 30 de agosto de 2017, acrescido dos saldos da conta de serviço da dívida e da conta de pagamento, no último dia útil do mês anterior ao apurado; (ii) saldo devedor das debêntures no último dia útil do mês anterior ao mês apurado, não podendo ser inferior a 200%. A conta de serviço da dívida é sempre ajustada de maneira que mantenha saldo igual ou superior ao somatório das próximas seis parcelas vincendas de amortização e remuneração das Debêntures Seniores.

A Companhia acompanha o fluxo de realização e efetua o cálculo destes índices, que, em 31 de dezembro de 2015, foram amplamente atendidos:

3ª Emissão de Debêntures Simples		
Covenants - Índices de acompanhamento das garantias*		
Mês de Referência	IC	IGR
dez/15	2,36	304,00%

\* Os índices IC e IGR são instrumentos do Agente Fiduciário da terceira emissão, sendo calculados por este com intuito de acompanhar o comportamento das garantias.

**Notas Explicativas****c) Debêntures de 4ª Emissão e Debêntures da 5ª Emissão**

Em 30 de maio de 2014, a Companhia emitiu 650 debêntures da espécie com garantia real, no total de R\$650.000, com vencimento em 18 anos, remuneradas pelo seu valor unitário equivalente a 100% das taxas médias referenciais para depósitos interfinanceiros no Brasil – DI, acrescidas de spread de 3,4376% a.a. Essas debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº476/2009, sob o regime de garantia firme de colocação com a intermediação dos Coordenadores, nos termos do Contrato de Distribuição.

Em 26 de agosto de 2015, a Companhia assinou a Escritura da 5ª Emissão de Debêntures, que prevê a emissão de até 900 debêntures simples, não conversíveis em ações, de sua 5ª (quinta) emissão, sendo que a primeira integralização das debêntures da 5ª emissão ocorreu, em 26 de novembro de 2016, por meio da dação em pagamento das debêntures da 4ª emissão, as quais foram canceladas.

As Debêntures da 5ª Emissão farão jus a uma remuneração correspondente a 100% (cem por cento) das taxas médias dos Certificados de Depósito Interfinanceiro – CDI, acrescida de spread que dependerá da quantidade de debêntures integralizadas até o fim do período de oferta, que durará 180 dias, conforme tabela baixo:

<b>Quantidade de debêntures efetivamente subscritas e integralizadas</b>	<b>Juros ao ano (CDI+)</b>
até 650 debêntures	3,4376%
de 651 a 675 debêntures	3,3912%
de 676 a 700 debêntures	3,3449%
de 701 a 725 debêntures	3,2985%
de 726 a 750 debêntures	3,2521%
de 751 a 775 debêntures	3,2057%
de 776 a 800 debêntures	3,1653%
de 801 a 825 debêntures	3,1249%
de 826 a 850 debêntures	3,0844%
de 851 a 875 debêntures	3,0440%
de 876 a 900 debêntures	3,0035%

A 5ª Emissão manteve o principal “*covenant*” da 4ª Emissão, o Índice de Cobertura (IC), com algumas modificações em seu cálculo, para contemplar o “valor do hedge”, dado pelo produto da quantidade de opções de venda (68.582.845) e do preço de exercício dessas opções. Caso o IC, que é apurado em todos os dias úteis, torne-se inferior a 155% (cento e cinquenta e cinco por cento), a emissora deverá proceder reforço de garantia para restabelecer o IC no patamar mínimo de 185%. Em contrapartida, caso, em qualquer data de verificação, o IC seja superior a 215% e não tenha havido ou esteja em curso evento de vencimento antecipado ou evento de avaliação, a emissora pode requerer ao agente de garantia a liberação do excesso de recursos até o IC retornar ao patamar de 185%. A Companhia pode, ainda, proceder complemento voluntário de garantia de forma que o IC atinja, no mínimo, 160%, em até dois dias após o rompimento. Neste período, houve necessidade de complemento voluntário de garantia, conforme explicado na nota 13.a.1.

O pagamento das debêntures é garantido pela: (i) alienação fiduciária de 10.000.000 (dez milhões) de ações preferenciais de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG de titularidade da Companhia; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Companhia, decorrentes do Contrato de Hedge, conforme definido na Escritura da Quinta Emissão; (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Companhia, decorrentes do Contrato de Empréstimo de Ações, conforme definido na Escritura da Quinta Emissão; e (iv) cessão fiduciária da conta corrente nº 72913 mantida junto à agência 001 do Banco Credit Suisse. As garantias reais serão compartilhadas entre os titulares das debêntures da 4ª Emissão, os titulares das debêntures da 5ª Emissão, e o Credit Suisse Próprio Fundo de

**Notas Explicativas**

Investimento Multimercado Investimento no Exterior.

**15 Obrigações por repasses**

		<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
		<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Obrigações com ex-acionistas do Bemge	a.	11.402	7.043	11.402	7.043
Recursos da venda de imóveis de terceiros - Parte Relacionada	b.	342	69	342	69
Créditos de terceiros	c.	324	405	1.010	405
Obrigações com EMG - Partes relacionadas	d.	2.160	2.160	2.160	2.160
Outras obrigações		26	24	26	42
		<b>14.254</b>	<b>9.701</b>	<b>14.940</b>	<b>9.719</b>
Circulante		12.094	7.541	12.780	7.559
Não Circulante		2.160	2.160	2.160	2.160

- a. Valores retidos do resultado da recuperação de créditos do Bemge, conforme contrato de cessão de créditos firmado entre a Companhia e Bemge (veja nota 1), destinados à cobertura de despesas com a recuperação de créditos e eventuais condenações em honorários de sucumbência, cujo montante foi definido pelo Conselho de Administração;
- b. Recursos a repassar oriundos da venda de imóveis pertencentes ao EMG e administrados pela Companhia, conforme contratos de prestação de serviços firmados junto à SEF e SEPLAG. Os recursos da venda desses imóveis são recebidos pela Companhia e repassados ao EMG quando da finalização do processo licitatório de alienação;
- c. Créditos decorrentes da recuperação de créditos em liquidação conforme contrato de prestação de serviços de administração de ativos a serem repassados ao EMG.
- d. Valor relativo à diferença apurada na cessão dos direitos de crédito autônomos, conforme descrito na nota 8.c.

**16 Imposto de renda e contribuição social**

A Companhia e sua subsidiária adotam a apuração de IRPJ e CSLL com base no lucro real anual com recolhimentos mensais por estimativa ou balancete de redução ou suspensão. Os tributos definitivos são apurados ao término do exercício. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apurou Base de cálculo Negativa de IRPJ/CSLL, que será controlado na parte B do Lalur, e suas devidas deduções nos exercícios seguinte, conforme legislação vigente.

	<b>Controladora</b>		<b>EMIP</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014 reapresentado</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014 reapresentado</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014 reapresentado</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>(611.512)</b>	<b>183.197</b>	<b>7.338</b>	<b>31.248</b>	<b>(609.041)</b>	<b>193.815</b>
Juros sobre capital próprio	-	(35.883)	-	-	-	(35.883)
Receita de dividendos	(35.444)	(245.566)	-	-	(35.444)	(245.566)
Equivalência patrimonial	(24.336)	(40.649)	-	-	(19.469)	(20.019)
Despesas não dedutíveis	639.478	128.402	-	54	639.478	128.456
<b>Base de cálculo para IRPJ</b>	<b>(31.814)</b>	<b>(10.499)</b>	<b>7.338</b>	<b>31.302</b>	<b>(24.476)</b>	<b>20.803</b>
Total Imposto de renda e contribuição social	-	-	(2.471)	(10.618)	(2.471)	(10.618)
<b>Taxa efetiva</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>33,67%</b>	<b>33,92%</b>	<b>-10,10%</b>	<b>51,04%</b>

## Notas Explicativas



## 16.1 Passivo fiscal diferido

O passivo fiscal diferido refere-se aos ajustes de avaliação patrimonial dos investimentos mensurados pelo valor justo, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Saldo bruto de ajustes de avaliação patrimonial</b>	<b>21.607</b>	<b>106.013</b>	<b>21.607</b>	<b>106.013</b>
Imposto de renda (15% + adicional 10%)	(5.402)	(26.503)	(5.402)	(26.503)
Contribuição social (9%)	(1.945)	(9.541)	(1.945)	(9.541)
<b>Passivo fiscal diferido</b>	<b>(7.346)</b>	<b>(36.044)</b>	<b>(7.346)</b>	<b>(36.044)</b>

## Saldo acumulado do Passivo Fiscal diferido

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2014	Movimentação	31/12/2015
<b>Saldo</b>	36.044	(28.698)	7.346

## 17 Partes relacionadas

A Companhia tem como controlador o EMG e as transações entre a Companhia e suas partes relacionadas abrangem as seguintes operações: (i) valores a receber decorrente de serviços prestados ao EMG e valores a receber da EMIP referentes ao convênio firmado entre as partes; (ii) valores a repassar ao EMG conforme contrato de prestação de serviço firmado junto à SEF; (iii) debêntures subordinadas subscritas pelo EMG; (iv) dividendos da Cemig, Helibrás e EMIP; (v) resultado de equivalência patrimonial relativo à participação na Helibrás e na EMIP.

Notas	31/12/2015					31/12/2014 rerepresentado					
	Estado de MG	Helibrás	Cemig	Emip	Total	Estado de MG	Helibrás	Cemig	Emip	Total	
<b>Ativos</b>											
<b>Circulante:</b>		<b>8</b>	-	<b>10.617</b>	<b>1.257</b>	<b>11.882</b>	<b>7</b>	-	<b>12.209</b>	<b>4.948</b>	<b>17.164</b>
Contas a receber	8	8	-	10.617	1.257	11.882	7	-	12.209	4.948	17.164
<b>Não Circulante:</b>		<b>31.369</b>	-	-	-	<b>31.369</b>	<b>1.748</b>	-	-	-	<b>1.748</b>
Contas a receber	8	31.369	-	-	-	31.369	1.748	-	-	-	1.748
<b>Passivos</b>											
<b>Circulante</b>		<b>93.525</b>	-	-	-	<b>93.525</b>	<b>5.567</b>	-	-	-	<b>5.567</b>
Obrigações por Repasse	15	342	-	-	-	342	69	-	-	-	69
Debêntures 2ª emissão	14	93.183	-	-	-	93.183	5.498	-	-	-	5.498
<b>Não Circulante</b>		<b>300.434</b>	-	-	-	<b>300.434</b>	<b>49.143</b>	-	-	-	<b>49.143</b>
Debêntures 2ª emissão	14	298.274	-	-	-	298.274	46.983	-	-	-	46.983
Obrigações por Repasse	15	2.160	-	-	-	2.160	2.160	-	-	-	2.160
<b>Receitas</b>											
		<b>2.049</b>	<b>19.470</b>	<b>47.921</b>	<b>4.867</b>	<b>74.307</b>	<b>2.814</b>	<b>20.018</b>	<b>259.581</b>	<b>20.631</b>	<b>303.044</b>
Serviços Prestados	19	2.049	-	-	-	2.049	2.814	-	-	-	2.814
Participações Acionárias	19	-	-	47.921	-	47.921	-	-	259.581	-	259.581
Equivalência Patrimonial	12	-	19.470	-	4.867	24.337	-	20.018	-	20.631	40.649
<b>Outros Resultados abrangentes</b>		-	<b>26.653</b>	-	-	<b>26.653</b>	-	-	-	-	-
<b>Custo com debêntures</b>	<b>20</b>	<b>87.685</b>	-	-	-	<b>87.685</b>	<b>112.429</b>	-	-	-	<b>112.429</b>

## Notas Explicativas



Adicionalmente, considerando que as transações da Companhia são realizadas predominantemente com partes relacionadas, seja através da prestação de serviços ao seu controlador (EMG), ou a manutenção de seus investimentos em empresas coligadas e controladas, os resultados das operações da Companhia poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos com partes não relacionadas.

### Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros do conselho de administração e diretores estatutários, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Não existem benefícios no curto nem no longo prazo ou remuneração baseada em ações e a remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia compreende:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<b>Honorários e Encargos</b>	<b>1.116</b>	<b>1.019</b>
Diretoria	822	743
Conselho de Administração	294	276

## 18 Patrimônio líquido

### a. Capital social

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$3.000.000. Em 29 de abril de 2015, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, os acionistas deliberaram que o saldo remanescente do Lucro Líquido, no montante de R\$179.275, foi destinado para o aumento do capital social da Companhia sem emissão de novas ações.

Em 29 de setembro de 2015, o Estado de Minas Gerais aumentou o capital da Companhia em R\$95.000, a ser integralizado até 31 de janeiro de 2016, em moeda corrente nacional, sem emissão de novas ações, com a finalidade de aporte de capital na subsidiária EMIP.

Com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), em especial o CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, item 11, que menciona a definição de passivo financeiro e instrumento patrimonial, entende-se que nesta operação há obrigação de entrega de ativos financeiros (repasso para convênios e PPP) e que pela essência, deve ser registrada como passivo financeiro.

Assim previsto, a MGI reclassificou o capital após os aportes e reduções, efetuados pelo Estado de Minas Gerais no valor de R\$1.547.124, do Patrimônio Líquido, conta de “Capital Social”, para o Passivo não circulante, conta de “Obrigações por Repasse”.

	<b>Controladora e Consolidado</b>		
	<u>31/12/2014</u>	<u>movimentações</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Capital Social</b>	<b>2.544.816</b>	<b>274.274</b>	<b>2.819.090</b>
Capital Social a Integralizar	-	(71.250)	(71.250)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	140.310	140.310
Reclassificação obrigação por Repasse PPP	(407.040)	(54.460)	(461.500)
Reclassificação obrigação por Repasse Convênios	(1.085.624)	-	(1.085.624)
<b>Total Obrigações por Repasse</b>	<b>(1.492.664)</b>	<b>(54.460)</b>	<b>(1.547.124)</b>
<b>Capital Social ajustado - CPC 39</b>	<b>1.052.152</b>	<b>288.874</b>	<b>1.341.026</b>

A Companhia poderá emitir ações ordinárias, dentro do limite do capital autorizado por deliberação do Conselho de Administração (CA). Aumentos do capital acima do capital autorizado são de competência de Assembleia Geral, mediante submissão das propostas de aumento de capital pelo Conselho de Administração. Tal procedimento também deverá ser adotado no caso de integralização em bens.

**Notas Explicativas**

O Capital Social da Companhia é composto por 575.928.712 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A composição acionária da Companhia é a seguinte:

	<b>Posição em 31/12/2014</b>		<b>Posição em 31/12/2015</b>	
	<u>Quantidade de Ações</u>	<u>%</u>	<u>Quantidade de Ações</u>	<u>%</u>
Acionistas				
Estado Minas Gerais	575.674.222	99,9558%	575.674.222	99,9558%
BDMG	165.323	0,0287%	165.323	0,0287%
CEMIG	53.307	0,0093%	53.307	0,0093%
Ações em Tesouraria	35.860	0,0062%	35.860	0,0062%
<b>Total</b>	<b>575.928.712</b>	<b>100,0000%</b>	<b>575.928.712</b>	<b>100,0000%</b>

***b. Reserva legal***

A reserva legal é constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício estando limitada a 20% do capital, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 e não foi constituída reserva legal, visto que a Companhia apresentou resultado líquido negativo. No encerramento de 31 de dezembro de 2014, a reserva legal não foi constituída porque foi utilizada para compensar prejuízos acumulados do ano anterior.

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014 reapresentado</u>
Resultado	(611.512)	183.197

***c. Ações em tesouraria***

A Companhia possui em tesouraria o montante de 35.860 ações ordinárias.

***d. Retenção de Lucros***

A Companhia não efetuou retenção de lucros no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, em razão de ter apresentado resultado líquido negativo.

***e. Dividendos***

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não efetuou distribuição de dividendos.

***f. Juros sobre capital próprio***

A Companhia tem como prática o cálculo mensal de juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício. A distribuição de juros sobre capital próprio, a serem imputados ao valor dos dividendos obrigatórios do presente exercício, observa os limites previstos na Lei nº 9.249/95.

## Notas Explicativas

*g. Lucro líquido por ação básico*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014 reapresentado	31/12/2015	31/12/2014 reapresentado
Média quant. ações período (em mil)	575.929	575.929	575.929	575.929
Resultado do período	(611.512)	183.197	(611.512)	183.197
<b>Resultado lote mil ações (em R\$)</b>	<b>(1.062)</b>	<b>318</b>	<b>(1.062)</b>	<b>318</b>

*h. Prejuízos acumulados*

A Companhia identificou que ativos (direitos creditórios – nota 08) e passivos financeiros (debêntures subordinadas – nota 14), não estavam sendo mensurados de forma adequada. Os ajustes impactaram diretamente na redução dos resultados dos exercícios de 2012 a 2014 e, conseqüentemente, a Companhia distribuiu JCP e dividendos a maior, assim como integralizou reserva de capital indevidamente. O impacto de tais ajustes está demonstrado nos prejuízos acumulados da Companhia.

A Companhia contratou um escritório de Advocacia especializado para analisar os efeitos tributários e societários relevantes a esta reapresentação. Até esta data, tais estudos não foram concluídos e validados pela administração.

**19 Receita**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014 reapresentado	31/12/2015	31/12/2014 reapresentado
Receitas de serviços - Parte Relacionada		2.049	2.814	2.049	2.814
Receitas de recuperação de créditos		7.800	5.576	7.800	5.576
Receita de participação acionária Cemig - Parte Relacionada	(b)	47.997	260.274	47.997	260.274
Receitas de atualização de créditos	(a)	129.871	128.941	129.871	128.941
Receitas de vendas de imóveis		-	-	1.166	-
Ajuste amortização reconhecimento inicial DCA	9	110.386	129.748	110.386	129.748
Impostos sobre serviços (ISS)		(102)	(141)	(102)	(141)
PIS/COFINS		(1.995)	(2.122)	(2.100)	(2.122)
<b>Receita Total</b>		<b>296.006</b>	<b>525.090</b>	<b>297.067</b>	<b>525.090</b>

- As receitas de atualização de créditos decorrem da atualização dos créditos autônomos cedidos, corrigidos de acordo com a legislação estadual e resoluções da SEF vigentes na celebração de cada contrato de parcelamento.
- As receitas de participações acionárias estão representadas por dividendos e juros sobre o capital próprio decorrente de outros investimentos em títulos patrimoniais, abaixo discriminados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014 reapresentado	31/12/2015	31/12/2014 reapresentado
Cemig	47.921	259.581	47.921	259.581
Copasa	13	175	13	175
Gerdau Açominas S.A.	62	492	62	492
Outras	1	26	1	26
	<b>47.997</b>	<b>260.274</b>	<b>47.997</b>	<b>260.274</b>

## Notas Explicativas



## 20 Custos

	Controladora		Consolidado	
	Nota 31/12/2015	31/12/2014 reapresentado	31/12/2015	31/12/2014 reapresentado
Pessoal	3.784	3.807	3.784	3.807
Obrigações por repasse	4.360	3.240	4.360	3.240
Serviços de terceiros	827	593	827	593
Despesas judiciais	331	144	331	144
Juros sobre Debêntures (a)	210.108	190.839	210.108	190.839
Amortização de custos de transação	1.769	2.196	1.769	2.196
Ajuste amortização rec. inicial debêntures	14.a 40.604	111.367	40.604	111.367
Custos dos Imóveis Vendidos	-	-	1.805	-
Demais custos	122	152	122	152
	<b>261.905</b>	<b>312.338</b>	<b>263.710</b>	<b>312.338</b>

- a. Os juros decorrem das atualizações das Debêntures Subordinadas (2ª Emissão), Debêntures Seniores (3ª Emissão), Debêntures de 4ª Emissão e Debêntures de 5ª Emissão.

## 21 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Receitas Financeiras</b>				
Receitas aplicações financeiras	44.908	80.666	54.423	112.456
Receitas com títulos e valores mobiliários	2.202	1.898	2.202	1.898
Receitas de atualização de créditos	3.000	452	3.061	460
PIS/COFINS	(4.497)	-	(4.572)	-
	<b>45.613</b>	<b>83.016</b>	<b>55.114</b>	<b>114.814</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
IOF	(502)	(632)	(558)	(632)
Outras despesas	(6)	(310)	(6)	(310)
	<b>(508)</b>	<b>(942)</b>	<b>(564)</b>	<b>(942)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>45.105</b>	<b>82.074</b>	<b>54.550</b>	<b>113.872</b>

## 22 Convênios

Em 08 de outubro de 2013, a Companhia recebeu do acionista controlador, Estado de Minas Gerais, autorização para promover aumento do capital social, no montante de R\$864.980, com recursos orçamentários originários de operações de crédito contratadas pelo Estado de Minas Gerais com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e com o Banco do Brasil, nos montantes de R\$730.677 e R\$134.303, respectivamente. Em 05 de junho de 2014, o EMG efetuou nova integralização de capital com recursos orçamentários oriundos de operações de crédito contratadas junto ao Banco do Brasil no valor de R\$53.761.

Em 01 de julho e em 30 de setembro de 2014, o acionista EMG, integralizou R\$154.321 e R\$12.562, respectivamente, sendo R\$25.683, com recursos orçamentários oriundos de operações de crédito contratadas pelo EMG junto ao Banco do Brasil, e o restante R\$141.200, refere-se as operações de crédito junto ao BNDES, totalizando o valor de repasse em R\$1.085.624, cujo objetivo desses aportes é promover, por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações, ações que visem o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

Do valor mencionado, até 31 de dezembro de 2015 foram repassados R\$1.051.007 aos municípios em parceria com as Secretarias de Estado responsáveis pelas políticas públicas setoriais. Este valor está apresentado líquido das devoluções recebidas dos municípios convenientes a título de prestação de contas de convênios já encerrados. A movimentação está demonstrada abaixo:

## Notas Explicativas



Convênios	Controladora e Consolidado		
	31/12/2014 saldo inicial	movimentação	31/12/2015 saldo final
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA	17.957	(12.568)	5.389
Sec. Est. Des. e Int. do Norte e Nordeste de MG – SEDINOR	1.925	(10)	1.915
Sec. Est. Desenvolvimento Regional, Política Urbana – SEDRU	87.367	11.552	98.919
Sec. Est. Defesa Social – SEDS	10.131	6.461	16.592
Sec. Est. Turismo de MG – SETUR	14.733	(8)	14.725
Sec. Est. Transp. Obras Públicas de MG – SETOP	837.940	26.946	864.886
Sec. Est. Desenv. Social de MG - SEDESE	35.996	(3.954)	32.042
Sec. Est. Governo - SEGOV	181	(1)	180
Sec. Est. Cultura - SEC	-	12.759	12.759
Sec. Est. Desenvolvimento Econômico - SEDE	-	3.600	3.600
	<b>1.006.230</b>	<b>44.777</b>	<b>1.051.007</b>

A prestação de contas destes convênios deverá ser feita pela Conveniente à MGI ao final dos prazos dos convênios ou dos aditamentos efetuados. O prazo estabelecido é de 90 dias da data de término do Convênio. Essa prestação de contas tem como objetivo confirmar o cumprimento do objeto do convênio quanto a sua execução física e financeira, além do atingimento do objetivo social. A não comprovação do atingimento dos preceitos definidos nos contratos de Convênios determina o impedimento de novos repasses de recursos e a promoção de tomada de contas especial com o ressarcimento dos valores atualizados repassados as convenientes.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apresentava em seus controles internos o total de 286 convênios vencidos sem a respectiva validação da prestação de contas por parte das Secretarias, levando em consideração que as inspeções físicas foram delegadas à estas Secretarias e são requisitos para a aprovação, aprovação com ressalvas ou reprovação das contas. O total de convênios celebrados com estas entidades e que se encontram por ora vencidos e sem a respectiva prestação de contas monta a R\$584.891 mil.

Convênios	Controladora e Consolidado	
	Valor do Convênio	Quantidade de Convênios
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA	4.830	49
Sec. Est. Des. e Int. do Norte e Nordeste de MG – SEDVAN	1.925	28
Sec. Est. Desenvolvimento Regional, Política Urbana – SEDRU	42.866	157
Sec. Est. Turismo de MG – SETUR	8.486	26
Sec. Est. Transp. Obras Públicas de MG – SETOP	520.081	8
Sec. Est. Desenv. Social de MG - SEDESE	3.773	16
Sec. Est. Governo de MG - SEGOV	181	1
Sec. Est. Desenv. Econômico de MG - SEDESE	2.749	1
	<b>584.891</b>	<b>286</b>

A administração tem efetuado cobranças junto às respectivas Secretarias no sentido de agilizar referida prestação de contas e aprimorando os seus controles internos no sentido de conciliar as informações da área de convênios com o Sistema de Gestão de Convênios da Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais.

**Notas Explicativas****Apresentação em base líquida**

a) Para atendimento às melhores práticas contábeis, a Companhia reclassificou o aporte de capital, recebido do acionista controlador EMG, da conta de Capital Social do Patrimônio Líquido para Obrigações por Repasse no Passivo não circulante, pois os recursos originados desta transação são exclusivos para repasses aos conveniados, caracterizando-se, portanto, como obrigação da Companhia, conforme requerido pelo CPC 39 – Instrumentos Financeiros.

Além disso, a reclassificação adotada é usada para adequar a essência da operação como um passivo, em razão da ausência de perenidade requerida pela Lei Societária para o Capital Social.

As reclassificações efetuadas no Patrimônio Líquido da Companhia, não produzem efeitos societários e não afetam a quantidade de ações que o Estado de Minas Gerais detém na MGI.

b) Por se tratar de um ativo financeiro e um passivo financeiro o qual a administração tem a intenção de executá-los simultaneamente e por entender que detém o direito legal de executar em base líquida, para fins de apresentação, os saldos relacionados a essa transação estão apresentados líquidos entre seus ativos e passivos nessas demonstrações financeiras, conforme demonstrado a seguir:

	<b>Controladora</b>		
	<b>31/12/2015</b>	<b>ajuste</b>	<b>31/12/2015 divulgado</b>
<b>ATIVO</b>			
Títulos e Valores Imobiliários	192.976	(34.617)	158.359
Ctas a rec de clientes e outros Creditos	2.471.175	(1.051.007)	1.420.168
Impacto no Ativo Total	<u>3.251.968</u>	<u>(1.085.624)</u>	<u>2.166.344</u>
<b>PASSIVO</b>			
Obrigações por repasse	1.087.784	(1.085.624)	2.160
Impacto no Passivo Total e PL	<u>3.251.968</u>	<u>(1.085.624)</u>	<u>2.166.344</u>
<b>Consolidado</b>			
	<b>31/12/2015</b>	<b>ajuste</b>	<b>31/12/2015 divulgado</b>
<b>ATIVO</b>			
Títulos e Valores Imobiliários	192.976	(34.617)	158.359
Ctas a rec de clientes e outros Creditos	2.511.918	(1.051.007)	1.460.911
Impacto no Ativo Total	<u>3.252.744</u>	<u>(1.085.624)</u>	<u>2.167.120</u>
<b>PASSIVO</b>			
Obrigações por repasse	1.087.784	(1.085.624)	2.160
Impacto no Passivo Total e PL	<u>3.252.744</u>	<u>(1.085.624)</u>	<u>2.167.120</u>

**23 Contingências não provisionadas**

O principal processo da Companhia com grau de risco considerado pelos seus assessores jurídicos como possível, está relacionado abaixo, para o qual não há provisão contábil. A Subsidiária não possui processos judiciais.

- Processo em trâmite contra a Companhia na 5ª Vara da Fazenda Estadual - Belo Horizonte cujo objeto é a anulação do contrato de compra e venda por meio do qual a Companhia transferiu à Góes Cohabita Participações Ltda. ações representativas do controle do Banco Agrimisa S.A., além de contrato de mútuo celebrado em cobertura ao aporte de recursos efetuado pela Companhia ao Banco. Em caso de perda, o controle acionário do Banco Agrimisa, atualmente em liquidação extrajudicial, retornaria para a titularidade da Companhia, não havendo efeitos financeiros adversos

## Notas Explicativas



além daqueles já contabilizados em nossas contas de provisão (veja nota 8. d). Esse processo está em trâmite desde 1990 e o valor atualizado da causa é de aproximadamente R\$47.874. Em conexão com esse processo existe também a discussão judicial sobre honorários de sucumbência estimados em R\$3.876. Valores atualizados pela taxa Selic até a data dessas demonstrações financeiras. Não efetuamos a provisão para perda desses saldos visto que a Companhia entende que o risco de perda é considerado possível.

## 24 Instrumentos financeiros

### Gerenciamento de risco financeiro

#### *a. Visão geral*

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia e suas controladas. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações.

#### *b. Estrutura do gerenciamento de risco*

O Conselho de Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. A assembleia de acionistas estabeleceu o Conselho Fiscal, que atua de acordo com a legislação.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e de suas controladas. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

#### *c. Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco da Companhia e suas controladas de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultante da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

As projeções de performance dos Direitos de Créditos Autônomos indicam conforto nos resultados financeiros frente às obrigações na segunda e terceira emissões de debêntures. Em 31 de dezembro de 2015 decorreu-se quarenta e dois meses de desempenho deste fluxo, o que, na amplitude de dez anos, é um hiato pequeno para expressar os ajustes da curva projetada. Todavia a análise de risco da inadimplência compõe as premissas adotadas na projeção do fluxo para o cálculo do valor justo da operação, o que capta um nível de inadimplência esperado e que ainda poderá ser adotado como moeda de pagamento das debêntures subordinadas.

**Notas Explicativas****d. Exposição a riscos de crédito**

A exposição ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada crédito.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, que na data das informações foi:

	nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2015	31/12/2014 reapresentado	01/01/2014 reapresentado	31/12/2015	31/12/2014 reapresentado	01/01/2014 reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	6	228.772	65.254	113.589	229.776	65.254	113.589
Títulos e valores mobiliários (curto e no longo prazo)	7	193.630	205.078	129.948	193.630	239.482	145.644
Contas a receber de clientes e outros créditos (curto e longo prazo)	8	1.100.316	783.920	866.590	1.140.958	783.872	866.590
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	8	11.782	17.113	2.904	10.626	12.213	-
Contrato de opções flexíveis	9	(66.991)	-	-	(66.991)	-	-
<b>Total</b>		<b>1.467.509</b>	<b>1.071.365</b>	<b>1.113.031</b>	<b>1.507.999</b>	<b>1.100.821</b>	<b>1.125.823</b>

**e. Perdas por redução no valor recuperável****Contas a receber de clientes e outros créditos**

Estes ativos estão representados por dividendos e juros sobre o capital próprio a receber decorrentes de investimentos em coligada e outros investimentos em títulos patrimoniais e valores a receber do EMG decorrentes da prestação de serviços, os quais, em função de sua natureza e histórico não apresentam riscos que justifiquem qualquer tipo de redução no valor recuperável.

Em relação aos Direitos Creditórios Autônomos, a perda no valor recuperável é dada pelo montante provável de perda da carteira (Perda Estimada), decorrente de inadimplência ou de default. Foram usados os seguintes parâmetros:

*Probabilidade de Default (PD)* – média das razões entre as parcelas inadimplentes e as parcelas adimplentes de cada parcelamento

*Média de Recuperação* – média das razões entre as parcelas inadimplentes e o saldo total de cada parcelamento, representando a taxa de recuperação da carteira

*Loss Given Default (LGD)* – 1 menos a Média de Recuperação, representando a perda decorrente da inadimplência

*Exposição no Momento de Default (EAD)* – fluxo total da carteira

Ao longo do tempo, PD aumenta, dado que vão se acumulando saldos de parcelas inadimplentes, e LGD diminui, dado que parcelas vão sendo recuperadas. A Perda Estimada é calculada conforme abaixo:

Ano	PD	LGD	EAD	Perda Estimada (PD x LGD x EAD)	Varição
2012	4,91%	95,31%	1.732.116	81.046	-
2013	17,87%	84,19%	1.705.363	256.514	175.468
2014	32,81%	72,29%	1.700.169	403.259	146.745
2015	57,28%	58,77%	1.715.616	577.550	174.291

## Notas Explicativas



A Companhia mantém registrada provisão para perdas de 100% dos créditos a receber decorrentes de contrato de mútuo celebrado com a Góes Cohabita Participações Ltda conforme decisão do Conselho de Administração da Companhia em 20 de junho de 2002 em decorrência da execução judicial e da incerteza jurídica de sua realização (veja nota 8.d).

### Títulos e valores mobiliários

No histórico de recebimentos, não há indícios que justifiquem qualquer tipo de provisão para perdas no valor recuperável, pois todos os fluxos de recebimentos têm sido cumpridos pontualmente.

A Companhia e sua subsidiária têm por objetivos manter os títulos e valores mobiliários até o vencimento.

### f. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia e de suas controladas de encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que a Companhia e suas controladas sempre tenham liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas.

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados.

Nota	Controladora			Consolidado		
	31/12/2015	31/12/2014 reapresentado	01/01/2014 reapresentado	31/12/2015	31/12/2014 reapresentado	01/01/2014 reapresentado
<b>Passivo financeiro não derivativo</b>						
Fornecedores e outras contas a pagar	153	261	297	153	261	297
Debêntures Subordinadas	14	391.457	163.848	391.458	163.848	876.487
Debêntures Seniores	14	77.432	130.409	77.432	130.409	228.441
Debêntures 4ª Emissão	14	-	688.263	-	688.263	-
Debêntures 5ª Emissão	14	653.373	-	653.373	-	-
Obrigações por repasse	15	14.254	9.701	14.940	9.701	21.604
Opções Flexíveis-Compra	9	105.761	-	105.761	-	-
<b>Total</b>		<b>1.242.430</b>	<b>992.482</b>	<b>1.243.117</b>	<b>992.482</b>	<b>1.126.829</b>

Não é esperado que fluxos de caixa, já inclusos nas análises de maturidade, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

A amortização das Debêntures da 3ª Emissão respeitou o período de carência para a composição dos saldos mínimos das contas de garantia em nível suficiente para cobertura de seis parcelas vincendas, sendo a amortização em percentuais decrescentes e aplicáveis ao Preço Unitário (PU) inicial, R\$ 10, com o primeiro percentual em 2,92% e o último para 1,09%, conforme respectiva escritura de emissão.

Quanto à amortização das Debêntures da segunda emissão, estará condicionada a 90% do volume excedente dos recebíveis dos direitos de crédito autônomos, após pagamentos das obrigações da terceira emissão.

Os juros das Debentures da 5ª Emissão, serão pagos semestralmente, sempre em janeiro e em julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 12 de janeiro de 2016 e o último na data do vencimento, em 12 de julho de 2032. A primeira amortização ocorrerá em 12 de julho de 2019 e a última, na data de seu vencimento.

## Notas Explicativas



### *g. Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

No que tange a riscos de mercado, a Companhia está exposta indiretamente a mercados distintos em decorrência de suas participações acionárias e consequentemente dividendos e juros sobre o capital próprio a receber.

### *h. Risco cambial*

A Companhia e suas controladas não possuem riscos cambiais, pois nenhuma de suas operações está vinculada com moeda estrangeira.

### *i. Risco de taxa de juros*

A Companhia e suas controladas adotam política de aplicação de 100% de seus recursos em fundos de renda fixa (atrelados a títulos públicos) e CDBs.

Na data das demonstrações, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

Indexador CDI	Consolidado		
	31/12/2015	31/12/2014 reapresentado	01/01/2014 reapresentado
Aplicações financeiras	232.538	130.635	129.415
Aplicações financeiras vinculadas	184.034	164.782	118.346
Total de direitos creditórios (a)	642.946	783.803	866.456
Debêntures	(1.122.262)	(1.081.840)	(1.104.928)
Saldo líquido de exposição	(62.744)	(2.620)	9.289
<b>Indexador IGP-M</b>			
Títulos e valores mobiliários	5.827	9.312	11.469

(a) - Os Direitos Creditórios são indexados à taxa SELIC, contudo, dado o histórico de mercado das variações dos CDI's e da taxa SELIC, observa-se que os dois indexadores possuem comportamentos e níveis de taxas significativamente próximos, o que, por sua vez, espera-se que esta relação ainda se confirme para os períodos seguintes. Assim, ao incluir o "Total de direitos creditórios" nesta composição, adotamos o DI como uma variável proxy (termo estatístico utilizado para denominar uma variável que teoricamente substitua outra de forma satisfatória) do indexador Selic.

- Análise de sensibilidade às variáveis de risco da Companhia e suas controladas.

Foi considerado como cenário mais provável, na avaliação da Administração, o cenário de realizar, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBOVESPA. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

- Análise de sensibilidade - Taxa de juros

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas DI-PRE divulgada pela BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2015, apurando-se o impacto nas receitas financeiras no período de 1 ano, conforme segue:

**Notas Explicativas**

		(reduções em milhares de reais)		
	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Impacto no Saldo Líquido	Redução do CDI	-	(2.413)	(4.825)

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI (% a.a.)*	15,38	11,54	7,69

\* A curva de DI-PRE reflete a expectativa do mercado quanto ao comportamento futuro das taxas DI e tem característica não linear, ou seja, suas variações são de forma não uniforme ao longo do tempo, portanto, os valores indicados do CDI nos cenários indicam a taxa inicial da curva, dada a deterioração dos cenários.

Os valores justos, demonstrados nos quadros acima, partem de uma posição da carteira em 31 de dezembro de 2015, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia e suas controladas.

***j. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa***

A Companhia e suas controladas não contabilizam nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data desse relatório não alteraria o resultado.

***k. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável***

A Companhia possui investimentos em instrumentos patrimoniais da Cemig e Copasa que, por estarem listados na Bolsa de Valores de São Paulo, estão classificados no nível 1 da hierarquia pelo valor justo.

Para os investimentos na Cemig, cada ponto percentual de variação no valor da ação representa uma alteração proporcional de 0,13% do Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2015, enquanto que para os investimentos na Copasa, a mesma variação alteraria o Patrimônio Líquido em apenas 0,001%.

Para as opções, foram aplicadas variações na cotação considerada no modelo adotado (S), conforme nota explicativa 9. Os resultados estão no quadro abaixo:

	Valor da cotação	OPÇÕES DE VENDA		OPÇÕES DE COMPRA	
		Valor Justo Total (em milhares de reais)	Variação %	Valor Justo Total (em milhares de reais)	Variação %
<b>Cotação usada</b>	<b>6,15</b>	<b>38.770</b>	-	<b>105.761</b>	-
Variação de 10%	6,77	34.853	-10,10%	124.572	17,79%
Variação de 20%	7,38	31.467	-18,84%	144.247	36,39%
Variação de -10%	5,54	43.329	11,76%	87.927	-16,86%
Variação de -20%	4,92	48.674	25,55%	71.199	-32,68%

Conforme esperado, se a cotação verificada no momento da precificação fosse maior, o valor justo das opções de compra aumentaria e o valor justo das opções de venda cairia. O oposto aconteceria caso a cotação fosse menor.

***l. Gestão de capital***

O objetivo da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do mercado e credores e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

## Notas Explicativas



Os recursos de caixa e equivalentes de caixa são aplicados somente em bancos de primeira linha, em fundos conservadores de liquidez imediata, geralmente atrelados a títulos públicos federais.

### *m. Risco operacional*

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e de suas controladas.

O objetivo da Companhia e de suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais;

### *n. Valor justo*

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

## Notas Explicativas



	Controladora					
	31/12/2015		31/12/2014 reapresentado		01/01/2014 reapresentado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Mantidos até o vencimento</b>	<b>193.630</b>	<b>193.630</b>	<b>205.078</b>	<b>205.078</b>	<b>129.948</b>	<b>129.948</b>
Títulos e valores mobiliários	193.630	193.630	205.078	205.078	129.948	129.948
<b>Designados ao valor justo</b>	<b>420.413</b>	<b>420.413</b>	-	-	-	-
Direitos Creditórios Credit Suisse	420.413	420.413	-	-	-	-
Contrato de opções flexíveis	66.991	66.991	-	-	-	-
<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>1.779.652</b>	<b>1.779.652</b>	<b>1.875.722</b>	<b>1.875.722</b>	<b>1.993.419</b>	<b>1.993.419</b>
Contas a receber de clientes (exceto direito de créditos)	37	37	117	117	134	134
Direitos de Créditos Autônomos	642.946	642.946	783.803	783.803	866.456	866.456
Fornecedores	153	153	261	261	297	297
Obrigações por repasse	14.254	14.254	9.701	9.701	21.604	21.604
Debêntures	1.122.262	1.122.262	1.081.840	1.081.840	1.104.928	1.104.928

	Consolidado					
	31/12/2015		31/12/2014 reapresentado		01/01/2014 reapresentado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Mantidos até o vencimento</b>	<b>193.630</b>	<b>193.630</b>	<b>205.078</b>	<b>205.078</b>	<b>129.948</b>	<b>129.948</b>
Títulos e valores mobiliários	193.630	193.630	205.078	205.078	129.948	129.948
<b>Designados ao valor justo</b>	<b>420.413</b>	<b>420.413</b>	-	-	-	-
Direitos Creditórios Credit Suisse	420.413	420.413	-	-	-	-
Contrato de opções flexíveis	66.991	66.991	-	-	-	-
<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>1.779.652</b>	<b>1.779.652</b>	<b>1.875.722</b>	<b>1.875.722</b>	<b>1.993.419</b>	<b>1.993.419</b>
Contas a receber de clientes (exceto direito de créditos)	37	37	117	117	134	134
Direitos de Créditos Autônomos	642.946	642.946	783.803	783.803	866.456	866.456
Fornecedores	153	153	261	261	297	297
Obrigações por repasse	14.254	14.254	9.701	9.701	21.604	21.604
Debêntures	1.122.262	1.122.262	1.081.840	1.081.840	1.104.928	1.104.928

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Títulos e valores mobiliários** - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração ser baseadas na variação de índices de mercado pré-determinados quando da contratação (IGPM e CDI).
- **Empréstimos, recebíveis e outros créditos** – Empréstimos, recebíveis e outros créditos são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- **Obrigações por repasse** – As obrigações por repasse decorrem de recursos financeiros de terceiros recebidos e pendentes de repasse. Seu valor justo aproxima-se ao valor contábil em função de seu reduzido prazo de vencimento. Para certas obrigações cujo vencimento ocorrerá em longo prazo, a remuneração sobre esses passivos é paga mensalmente pela Companhia e, portanto, o valor contábil aproxima-se do valor justo.

## Notas Explicativas



### *o. Taxas de juros utilizadas para determinar o valor justo no reconhecimento inicial*

Conforme nota explicativa 1, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012 do EMG a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários. Os créditos foram reconhecidos pelo valor justo no reconhecimento inicial no montante de R\$ 1.086.443.

O valor justo no reconhecimento inicial foi calculado por intermédio da metodologia do fluxo de caixa descontado, usando como taxa de desconto a curva da taxa DI futura, disponibilizada pela BM&F Bovespa, e o *spread* de risco de 3,92%, que reflete a variabilidade dos retornos obtidos por esses parcelamentos, antes da cessão da carteira.

### *Avaliação de inputs*

Tendo em vista que o valor da carteira de Direitos de Crédito Autônomos não pode ser cotado no mercado e que não há ativos semelhantes transacionados no mercado, a Companhia mensurou seu valor justo por meio de uma técnica de avaliação, usando os *inputs* disponíveis no momento do reconhecimento inicial. Por outro lado, tendo em vista que a aquisição da carteira deu-se por intermédio da 2ª Emissão de Debêntures, cujo volume total emitido é equivalente ao valor nominal da carteira, assumiu-se que o valor justo das debêntures, no reconhecimento inicial, é equivalente ao valor justo da carteira. Dessa forma, a diferença entre o valor nominal da carteira no reconhecimento inicial e seu valor justo (R\$ 737.717) deve ser tratada como encargo financeiro, que engloba custos de transação, ágios e deságios, e é apropriada ao resultado pelo método do custo amortizado, considerando a taxa interna de retorno efetiva da operação.

### *Análise de sensibilidade - Taxa de juros*

No reconhecimento inicial, os cenários de exposição dos instrumentos financeiros descontados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 24 de julho de 2012, apurando-se o impacto no reconhecimento inicial no período de 1 ano. Foi feita uma avaliação para a mensuração do valor justo, se a troca de um ou mais *inputs* por alternativas razoavelmente possíveis mudasse o valor justo significativamente conforme segue:

	<u>Reconhecimento inicial</u>
<b>24 de julho de 2012</b>	
Taxa de desconto 3,92%	1.086.443
Taxa de desconto (25%) 4,90%	1.059.411
Taxa de desconto (50%) 5,88%	1.033.742

### Premissas adotadas na análise de sensibilidade:

A inadimplência histórica é refletida no fluxo e sendo este um dos componentes da avaliação da taxa de desconto. Para a avaliação de impacto para a variável não observada, foi construída uma taxa esperada para retorno de mercado. Na simulação foi considerado um fator de inadimplência que responde por até 3,57% (BNDES), desta forma existiria um range de 10,92% - 14,88% dentro do retorno aplicado no modelo.

### *p. Mensuração posterior de instrumentos financeiros não derivativos*

Todas as debêntures são mensuradas pelo método do custo amortizado, considerando a taxa de retorno interno efetiva de cada operação para apropriação dos respectivos encargos financeiros ao resultado durante o tempo de vigência de cada título.

A Carteira DCA é contabilizada pelo seu valor nominal, em cada data de verificação, descontado o efeito do valor justo no reconhecimento inicial, que, por sua vez, é amortizado no resultado de cada período, levando em consideração a taxa efetiva de juros no reconhecimento inicial.

## Notas Explicativas



O valor justo da Carteira considera a exposição da carteira em cada data de verificação, a probabilidade de *default*, dada pela média de parcelas inadimplentes sobre o total de parcelas adimplentes, e a perda decorrente da inadimplência, de forma a definir a perda estimada da carteira. O valor justo é dado pela exposição total menos a perda estimada, em cada data de verificação, mais a diferença entre o valor nominal da carteira e a exposição, conforme nota explicativa 5.2.a.

### q. Hierarquia pelo valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de certos ativos financeiros. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- (i) Nível 1 - Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- (ii) Nível 2 - Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- (iii) Nível 3 - Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

	Valor justo em 31 de dezembro de 2015			
	Saldo em 31/12/2015	Mercado Ativo - Preço cotado (Nível 1)	Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (Nível 2)	Sem mercado ativo - Título patrimonial (Nível 3)
Ativos financeiros Designado ao valor justo				
Contas a receber - Credit Suisse nota 8.e	420.413	420.413	-	-
Contrato de opções flexíveis nota 9	66.991	66.991	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda - Cemig e Copasa nota 13.a	63.697	63.697	-	-
Demais investimentos nota 13.b	9.934	-	-	9.934

A notas explicativas 8.e e 9 apresentam a reconciliação dos saldos iniciais e finais dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado avaliados no nível 1 da hierarquia do valor justo, cujos registros foram efetuados no resultado.

A nota explicativa 13.a apresenta a reconciliação dos saldos iniciais e finais dos instrumentos financeiros avaliados a valor justo no nível 1 da hierarquia do valor justo, cujos registros foram efetuados em outros resultados abrangentes.

## Notas Explicativas



As Companhias Gerdau Açominas, Gerdau Aços Longos, Gerdau Aços Especiais, Gerdau Comercial de Aços e Gerdau América do Sul Participações não são empresas listadas em bolsa de valores e conseqüentemente o preço de mercado de sua ação não está disponível. O preço de mercado de suas ações não está disponível. Dessa forma, esses investimentos em instrumentos patrimoniais foram mensurados pelo valor de custo, pois seu valor justo não pode ser prontamente determinado de forma confiável.

### 25 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros contratados pela Companhia era composta por:

Natureza do Seguro	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Veículos	-	267
Comercial	806	806
Responsabilidade Civil	-	1.100
<b>TOTAL</b>	<b>806</b>	<b>2.173</b>

### 26 Evento Subsequente

Em 28 de janeiro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia deliberou o aumento de capital no valor de R\$180.910 por meio de aporte de capital a ser realizado em moeda corrente pelo acionista controlador, Estado de Minas Gerais até 31/12/2016.

(i) Transformação do AFAC, em capital social, no valor de R\$140.310, sendo que R\$64.310, destinado para o fluxo de caixa da Companhia, e o restante de R\$76.000, será destinado ao Programa de Investimentos de Convênios;

(ii) Aporte de capital no valor de R\$30.600, destinado ao Programa de Investimentos de Convênios, totalizando para o Programa de Investimentos de Convênios o valor de R\$106.600.

(iii) Aporte de capital no valor de R\$10.000, destinado a integralização na subsidiária integral – EMIP, para pagamentos de contraprestações de Parcerias Pública Privada, até fevereiro de 2016.

Em 25 de abril de 2016, o Conselho de Administração da Companhia deliberou dentre outros assuntos, no aumento do capital autorizado de R\$3.000.000 para até R\$4.000.000, acatou a intenção do Acionista Controlador Estado de Minas Gerais, na aquisição pela MGI de 578.039.299 de ações do BDMG pertencentes à CODEMIG, a compra de 53.307 ON de emissão da MGI pertencentes à CEMIG, mantendo-as em tesouraria, e a devolução ao Acionista Controlador de 37.409.488 ações ON e 13.292.593 ações PN da Helibrás, com a conseqüente redução do capital social da MGI a ser posteriormente efetivada pela Companhia.

\*\*\*\*\*

#### Conselho de Administração

José Afonso Bicalho Beltrão da Silva - Presidente

Fernando Viana Cabral - Vice-presidente

Antônio Carlos Ramos Pereira - Membro

Otílio Prado - Membro

Daniel França de Freitas - Membro

## Notas Explicativas



Mariah Brochado Ferreira - Membro

### **Diretoria Executiva**

Mário Assad Júnior – Diretor Presidente

Paulo Roberto de Araújo – Diretor Vice-Presidente

Leandro Ramon Campos Gusmão – Diretor Administrativo

Walmir Pinheiro de Faria – Diretor de Relações com Investidores

Carlos Gomes Sampaio de Freitas – Diretor de Suporte ao Desenvolvimento Estadual

### **Contador responsável**

Flavio Augusto Sampaio Menezes  
CRC/MG 68.072/O-9

## Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Com Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da

MGI – Minas Gerais Participações S.A.

Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da MGI - Minas Gerais Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

De acordo com a nota explicativa 22, as prestações de contas referente aos convênios devem ser efetuadas pelo Conveniente em até 90 dias da data do término de cada convênio. Até a conclusão da nossa auditoria, os controles internos adotados pela Administração referente a essas prestações de contas apontavam o total de 286 convênios no montante de R\$584.891 mil vencidos sem a respectiva validação da prestação de contas por parte das Secretarias, de forma que não foi possível certificar sobre a adequada aplicabilidade dos recursos, conforme objetivo inicial dos convênios. Adicionalmente, identificamos que as prestações de contas parciais dos convênios são realizadas com base na análise documental de forma a não certificar sobre a adequada aplicabilidade dos recursos, uma vez que a Companhia não possui controles internos implementados para inspeção física destes convênios. Consequentemente, não foi possível determinar se existem efeitos a serem efetuados na rubrica de Convênios, advindos destas situações e firmar juízo sobre as divulgações mínimas referente a tais prestações em 31 de dezembro de 2015.

Conforme nota explicativa 18, até o término dos nossos trabalhos a Companhia ainda não havia concluído as análises decorrentes dos impactos tributários e societários decorrentes dos efeitos aos resultados dos exercícios passados e patrimônio líquido advindos dos ajustes identificados na nota explicativa número 3 – Retificação de erros. Dessa forma, por meio dos nossos testes, não nos foi possível concluir sobre os possíveis impactos deste assunto, bem como sobre a necessidade de divulgações adicionais.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos, se existentes, dos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da MGI - Minas Gerais Participações S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos, se existentes, dos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalva, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 24 de junho de 2016

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Anderson Luiz de Menezes

Contador CRC MG-070240/O-3

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

### **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da MGI – Minas Gerais Participações S.A., no uso de suas atribuições estatutárias, em reunião realizada nesta data, conheceu o Relatório Anual da Administração sobre as atividades sociais e os principais fatos administrativos do exercício, examinou as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, complementadas por Notas Explicativas. Após verificarem que os documentos citados representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Empresa e, considerando o Parecer da KPMG Auditores Independentes sobre eles emitido, opinamos favoravelmente à aprovação dos referidos documentos pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Belo Horizonte, 24 de junho de 2016.

Marcelo Antônio Ferreira Velloso

Nilmário de Miranda

Natália Freitas Miranda

Neyanne Goulart Corrêa

Francisco Eduardo Moreira

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração para fins do Artigo 25, § 1º, VI da Instrução CVM 480/09.

Declaramos, na qualidade de diretores da MGI – Minas Gerais Participações S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.296.342/0001-29 (“Companhia”), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Contábeis para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Belo Horizonte, 24 de junho de 2016.

A Diretoria

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes**

### **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Declaração para fins do Artigo 25, § 1º, VI da Instrução CVM 480/09.

Declaramos, na qualidade de diretores da MGI – Minas Gerais Participações S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.296.342/0001-29 (“Companhia”), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Belo Horizonte, 24 de junho de 2016.

A Diretoria

**Motivos de Reapresentação**

<b>Versão</b>	<b>Descrição</b>
2	desconfiguração no sistema Empresanet do Relatório da Administração e Notas explicativas